

# A construção física e social de uma Cidade Nova Vila Nova de Santo André



Ana Filipa de Brito Soares Costa Oliveira



A construção física e social de uma  
Cidade Nova  
Vila Nova de Santo André

Ana Filipa de Brito Soares Costa Oliveira

## **Ficha Técnica**

Título: A Construção Física e Social de uma Cidade Nova – Vila Nova de Santo André

Autor: Ana Filipa de Brito Soares Costa Oliveira

Capa: Fábio Bravo | WEBLIME – Creative Studio

Design, Grafismo e Paginação: Fábio Bravo | WEBLIME – Creative Studio

Edição: Município de Santiago do Cacém

Apoio: Junta de Freguesia de Santo André

Setembro 2024

Impressão: Gráfica Comercial

Depósito Legal: 536496/24

ISBN: 978-989-97500-4-3

Tiragem: 300 exemplares

O texto que se segue decorre da tese intitulada *“Cidade Nova - a construção social de uma cidade. Estudo de caso de um projeto de políticas públicas de desenvolvimento regional”* orientada pela Professora Doutora Saudade Baltazar, submetida à Universidade de Évora, com vista à obtenção do grau de doutor em Sociologia, e discutida a 19 de maio de 2020, com a introdução de alguns novos elementos posteriormente, considerados pertinentes, sendo estas alterações da total responsabilidade da autora.

O texto apresentado não reflete na íntegra a tese original, por se considerar que os objetivos da publicação em questão se descolam do objetivo original e visam publicar um texto que exponha resumidamente as razões e pressupostos que originaram a construção de Cidade Nova e as motivações dos fluxos populacionais que a materializaram.

O trabalho decorre da investigação que se baseou maioritariamente nas publicações e relatórios elaborados pelo Gabinete da Área de Sines entre 1971 e 1989. Sobre as perceções dos indivíduos que iniciaram a povoação deste espaço, são fundamentadas em conversas gentilmente desenvolvidas com várias figuras pioneiras desta cidade e que sem elas não teria sido possível o texto que se apresenta.

---

# Índice

---

Índice de Gráficos	4
Índice de Imagens	5
Índice de Quadros	5
Glossário de Siglas	6
Dedicatória	8
Agradecimentos	9
PREFÁCIO	10
INTRODUÇÃO	13
1. Contexto Político Económico e Social	16
1.1. Contexto atual da cidade	16
1.2. O contexto das políticas públicas regionais no Estado Novo	17
1.3. Políticas Públicas Territoriais e de Habitação em Portugal	18
1.4. O III Plano de Fomento e os pólos de desenvolvimento	20
1.5. O Complexo Industrial de Sines e a criação do novo centro urbano	23
1.6. Redefinição do projeto de desenvolvimento da área de Sines	29
2. A Construção da Cidade Nova	34
2.1. O plano urbano e as condicionantes de implementação	34
2.2. Cidade como unidade funcional	37
2.3. Construção física da Cidade	41
2.4. Construção da perceção do espaço físico	51
2.5. Avaliação do projeto	55
3. Fluxo populacional – Quem, como e porquê?	60
3.1. Mobilização da população	62
3.2. Início das dinâmicas sociais no espaço urbano.	64
4. Seminário Cidade Nova 2030 – O Futuro de Vila Nova de Santo André	71
5. CONCLUSÃO	74
BIBLIOGRAFIA	80

---

## Índice de Gráficos

---

Gráfico 1 – Fogos Construídos Vila Nova de Santo André – 1983	46
Gráfico 2 – Variação da População – Freguesia de Santo André – 1970-2021	63
Gráfico 3 – Variação da População Cidades Limítrofes a Vila Nova de Santo André – 69	
Gráfico 4 – Evolução da População Municípios 1970-2021 – Alentejo Litoral	70

---

## Índice de Imagens

---

1 - Maquete   Planta da Cidade Nova – Fonte Arquivo Distrital de Setúbal	34
2 - Vista aérea do Bairro Azul   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	42
3 - Aspecto do Bairro Azul   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	42
4 - Bairro da Atalaia   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	43
5 - Construção do Bairro Pôr do Sol   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	43
6 - Bairro dos Caixotes ou do Porto Velho   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	44
7 - Construção de Arruamentos - Bairro dos Caixotes ou do Porto Velho   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	44
8 - Bairro dos Caixotes ou Porto Velho   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	45
9 - Bairro das Panteras   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	47
10 - Bairros do Liceu e das Panteras   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	47
11 - Bairro do Pinhal   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	47
12 - Bairro dos Serrotes   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	48
13 - Bairro das Torres   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	48
14 - Bairros do Liceu   Fonte – Arquivo Distrital de Setúbal	49
15 - Bairro do Liceu   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	49
16 - Bairro do Pica-pau   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	50
17- Antiga escola preparatória, atual EB n. ºI, sita no Bairro Pôr do Sol   Fonte – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém	50

---

## Índice de Quadros

---

Quadro 1 - Unidades Industriais planeadas e concretizadas	33
Quadro 2 - Bairros (primeiro semestre de 1980)	45
Quadro 3 - Designações dos Bairros	54
Quadro 4 - Número de Alojamentos Freguesia de Santo André 1970-2021	59
Quadro 5 - População Residente Freguesia de Santo André 1970-2021	59
Quadro 6 - População residente na freguesia de Santo André em 1981 por Naturalidade	60
Quadro 7 - População residente na freguesia de Santo André em 1981, por local de residência a 31 de dezembro de 1973	61
Quadro 8 - População Residente nas Cidades Limítrofes a Vila Nova de Santo André	69
Quadro 9 - Evolução da População Municípios 1970 – 2021 Alentejo Litoral	70

---

## Glossário de Siglas

---

- AJAGATO: Associação Juvenil Amigos do Gato
- APS: Administração do Porto de Sines
- ATL: Atividades de Tempos Livres
- CCR: Comissões de Coordenação Regional
- CCCR: Comissões de Coordenação Desenvolvimento Regional
- CEE: Comunidade Económica Europeia
- CICS.NOVA. UÉvora: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora
- CIM: Comunidade Intermunicipal
- CIMAL: Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
- CMSC: Câmara Municipal de Santiago do Cacém
- CNP: Companhia Nacional de Petroquímica
- CPR: Constituição Política da República
- CRP76: Constituição da República Portuguesa de 1976
- DAI: Divisão de Apoio ao Investidor
- EFTA: Associação Europeia do Comércio Livre
- ERPI: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- ESDP: European Spatial Development Perspective
- ETLA: Escola Tecnológica do Litoral Alentejano
- EU: União Europeia
- FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FSE: Fundo Social Europeu
- GAS: Gabinete da Área de Sines
- IGAPHE: Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
- IGT: Instrumentos de Gestão Territorial
- INE: Instituto Nacional de Estatística
- NUT: Nomenclatura das Unidades Territoriais
- OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONU: Organização das Nações Unidas
- PDM: Plano Diretor Municipal
- PGU: Plano Geral de Urbanização
- POLIS: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades
- PORs: Programas Operacionais Regionais
- RAN: Reserva Agrícola Nacional
- QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional
- ZIL: Zona Industrial Ligeira
- ZILS: Zona Industrial e Logística de Sines





---

# Dedicatória

---

Com esta publicação pretende-se homenagear todos os construtores de Vila Nova de Santo André. Com construtores, quer-se dizer, exatamente todos eles, os construtores físicos e os sociais, os construtores visíveis e os invisíveis. Os técnicos que desenvolveram os estudos preparatórios para técnicos especializados que planearam e desenharam em gabinete as infraestruturas e o edificado. Uma homenagem aos que com as suas mãos materializaram a construção, aos que supervisionaram as obras, aos que aplicaram os acabamentos.

Uma homenagem aos que tiveram no início a coragem de se fixar num espaço em construção, deserto de recursos e com poucas condições de habitabilidade, habitar um espaço com os pés na areia. Aos que tiveram coragem de iniciar carreiras profissionais e constituir famílias num espaço lacunar. Aos pioneiros, aos comerciantes, aos empresários, aos professores, aos padres, aos médicos, aos enfermeiros, aos engenheiros e arquitetos e a todos os trabalhadores dos espaços institucionais que aos poucos se foram articulando na cidade. Às crianças que alegraram as escolas, as avenidas, os campos imensos de areia. Às mulheres e homens que incansavelmente varreram a areia das suas portas. Aos jovens que com a sua capacidade de imaginação, criatividade e inovação conseguiram materializar eventos e atividades de lazer que alimentassem a sua alegria de viver.

Aos que apostaram e aos que não desistiram, aos que construíram um espaço luminoso fruto do sonho que tiveram aquando tomaram a decisão de habitar a Cidade Nova.

A todos os que lutaram e lutam para que a Cidade seja mais do que um conjunto de Bairros!

---

## **Agradecimentos**

---

Esta publicação é possível graças ao apoio e acolhimento direto das seguintes instituições;

**Câmara Municipal de Santiago do Cacém**

**Junta de Freguesia de Santo André**

**Universidade de Évora e ao CICS.NOVA.UÉvora**

**Jornal O Leme**

---

Este trabalho só se tornou uma realidade graças aos seguintes intervenientes que tiveram a coragem e gentileza de colaborar diretamente, um obrigado muito especial a;

**Ana Maria Vidal**

**Bertolino Campaniço**

**Carlos Cabral**

**Fátima Moita**

**Fernando Calado**

**Fonseca Santos**

**Jaime Cáceres**

**Jorge Santana**

**José Carlos Marques**

**José Matias**

**Manuel Fonseca Santos**

**Maria Campos**

**Maria Saudade Baltazar**

**Maria Noémia Pires**

**Mário Primo**

**Osvaldo Godinho**

**Walter Costa**

Centro Urbano de Santo André, Dormitório, Bairros, Areal, Vila Nova de Santo André, Cidade de Vila Nova de Santo André, foram os epítetos que esta cidade recebeu ao longo destes anos.

Quais as razões ou motivos que os responsáveis de então encontraram para projetarem e irem erguendo numa enorme extensão de areia e pinheiros, um moderno pólo populacional é o que se propõe neste trabalho da Ana Filipa Oliveira.

Surge no início dos anos 70 e é complemento habitacional necessário ao projeto do Complexo Industrial de Sines. Aproximava-se a chegada dos trabalhadores destinados ao porto de Sines e às futuras fábricas, pelo que se tornava imperiosa a instalação dos mesmos. O fluxo populacional começa em 1973 com elementos da região, arredores e outros locais do país, e a partir de 1975/76, foram chegando trabalhadores das ex-colónias. A cidade começou a ganhar vida, e o seu ponto central nasceu no Bairro da Lagartixa (Atalaia Norte) primeiro bairro a ser habitado por famílias. A vinda dos padres Amadeu Pinto e José Belarmino Pinto e mais tarde Manuel Malvar, que vieram residir também para este bairro, teve um forte impacto na comunidade, devido ao relevante apoio que estes deram aos primeiros habitantes. A casa onde residiam era local de reunião para discussão das problemáticas existentes, bem como no largo fronteiriço, que foi o palco das primeiras festas e atividades. Ali se alavancaram e decidiram muitos factos importantes, tais como a criação dum grupo desportivo e do Grupo de Escuteiros.

Pelo seu dinamismo, inteligência, carisma, adquiriu preponderância o padre Amadeu Pinto, grande impulsionador de um forte ativismo no desporto, parte recreativa, escutismo, social e outras ações que passaram a emprestar ao bairro mais animação e uma maior participação dos seus moradores. Era em sua casa que se realizavam as missas e ali montado o primeiro telefone que servia a população, existindo algum tempo depois o segundo, no restaurante do Rosmaninho, onde os moradores se deslocavam mediante marcação de hora, para falar com os seus familiares.

Foi durante estes encontros ou reuniões que se decidiram e esquematizaram muitas orientações que foram o desabrochar do crescimento do Centro Urbano e durante as quais os seus moradores deram todo o seu saber e sacrifício, muitos já não presentes, mas lembrados e merecedores do nosso respeito e carinho e aqui continuam representados através dos filhos e outros familiares que se mantiveram na prossecução de novos objetivos para melhorarem a cidade e as suas vidas.

Posteriormente foram edificados os Bairros das Flores, da Atalaia Sul e do Pôr-do-Sol, na zona Oeste do aglomerado e o Bairro do Porto Velho, na zona Este.

A urgência que os diferentes trabalhos requeriam e que exigia já a presença dos trabalhadores das várias empresas contratadas, levou a que fossem ocupadas as habitações, já em fase final de construção, mas ainda desprovidas de água e eletricidade. Eram assim exigidos sacrifícios suplementares como o transporte da água, que era

recolhida numa fonte existente em local distante, na vacaria, a caminho da praia das Carretas, onde igualmente lavavam a roupa e por vezes se lavavam também. Para o segundo caso recorriam de comum acordo à montagem de cabos elétricos, ligando as casas umas às outras, transportando electricidade. A luz imperiosa, antes da instalação dum gerador no bairro, era obtida com o uso dos candeeiros a petróleo e de petromax, e durava até às vinte e duas horas, ficando o bairro às escuras a partir dessa hora, originando por tal, dificuldades na conservação de determinados produtos alimentares.

Valia a solidariedade ou fraternidade que as dificuldades de sobrevivência fazem gerar. Cresceu assim o reconhecimento e a amizade entre todos, mantendo-se incólume e avigorada até aos dias de hoje. Os poucos elementos que possuíam viatura estavam sempre disponíveis para apoiar o vizinho ou amigo, sem olhar ao tempo ou ao dispêndio correspondente.

Santo André, mercê da qualidade das gerações que acolheu, tornou-se fortemente inclinada para o associativismo e o desporto, sendo de realçar atualmente, cinco ginásios, um Clube de Futebol com várias modalidades, um Clube de Ténis, um Kartódromo, um parque de skates, um clube Motard e vários atletas de nível nacional.

A participação conjunta nas várias instituições e associações desportivas, recreativas e culturais deu origem a novas situações que determinaram uma junção mais aberta que foi passando a amizade. O trabalho e o voluntarismo comum originaram o conhecimento e este a amizade e compreensão, mesmo com ideais e caminhos diferentes.

Uma cidade a crescer abraçava o dinamismo, a energia, a escolha dos mais jovens de modo a manter-se sempre atual e desejada.

A aculturação começou a marcar o seu lugar terminando numa osmose cultural que se vai solidificando pelo tempo seguinte.

Os habitantes sentiram-se cada vez mais ligados à Cidade que, para muitos, passou a ser a sua terra, embora não o seu berço, que começaram a amar e a defender, tornando-a um cantinho feliz neste belo litoral alentejano.

Vivemos hodiernamente a alvorada de uma terceira geração que começa a estruturar a identidade da terra (os seus princípios identitários) que o telurismo individualmente semeia.

Os mais antigos como eu já dizem ser sua também esta terra. Contam aqui mais anos do que os que passaram no seu berço natal. Aqui correm agora as suas vidas.

Volidos que foram cerca de cinquenta anos este movimento faz nova aparição perante a chegada de indivíduos do Brasil, África, Índia, Paquistão, Roménia, Moldávia, etc., que vêm em busca de melhores condições de vida. Tal como sucedeu no passado, o ambiente social não sofreu grandes alterações, decorrendo a aceitação e integração dos mesmos dentro de uma normalidade expectável.

Hoje a história parece querer repetir-se.

Informam os órgãos da comunicação social nacional e alguns responsáveis que a plataforma industrial de Sines, em todo o seu conjunto, vai entrar numa nova fase de expansão e renovação com a montagem de novas fábricas e serviços no Terminal Portuário, o que vai originar como consequência o aumento da população da cidade, não só os trabalhadores e seus familiares, mas também aqueles que vêm apresentar e pôr ao dispor de todos os seus saberes e competências, cada vez mais especializados. A cada momento é mais difícil encontrar um lugar para se habitar. Os habitantes sentem-se cada vez mais ligados à cidade que começaram a amar e defender tornando-a num cantinho ameno entre os campos e o mar.

Desenha-se assim um novo rumo para esta urbe, que parecia perdida, nostálgica, dolente, a caminho do esplendor e das potencialidades que lhe foram atribuídos quando as máquinas começaram a rasgar na areia os caboucos, as fundações e as valas que iam ser avenidas, num tempo que já começa a comportar alguma história que a autora tão bem sabe decompor neste livro, com os habitantes a criarem e consolidarem os seus costumes e tradições. Tradição onde assenta a aventura, o sacrifício, a dignidade, a superação. Sentimentos e saberes que fizeram crescer “este cogumelo” num local que parecia inóspito e desadequado.

Uma cidade nascida no papel e uma população resultante de várias etnias, nativas de países diferentes, que a areia, os pinheiros e o mar agregaram, que continua a representar um grupo de vencedores e empreendedores, respeitando as normas gerais da Natureza, a sua fauna e flora, de modo a pisar um caminho de beneficiamentos para quem vier a seguir.

Cinquenta anos são passados desde que a areia passou a ser rasgada e os pinheiros abatidos. Os primeiros trabalhadores das empresas, oriundos das áreas vizinhas e zona sul do Tejo, perante o cenário que contemplavam, ficaram hesitantes, duvidosos, apreensivos, receosos.

A solidariedade e a generosidade a todos foram aglutinando, gentes de diversas origens, paradigma para os que foram chegando ao longo do tempo. Caminho para as novas gerações, que cada vez mais preparadas, irão pugnar pelo seu crescimento harmonioso. Todavia vinha com eles a vontade indómita que criaria o esforço, a dedicação, o sacrifício e a intrepidez, e assim nasceu a futura cidade de Vila Nova de Santo André. Aqueles que suportaram intempéries, incompreensões, hostilidades, respondendo com perseverança, pertinácia, tenacidade, ficarão perpetuados em cada pedra, rua, passeio ou parque, sendo imperativo da população que vem garantido a sua continuidade, enobrecendo-a, prestar em permanência o seu reconhecimento, gratidão e louvor, para que jamais a sombra agreste do esquecimento e da negligência se possa conjugar nesta parcela acariciadora resultante do valor, sentimentos e competência de tanta e diversa gente ainda presente de entre nós, e de outra, que pela lei inexorável da natureza, já faz parte deste chão que tanto amou.

Vila Nova de Santo André, 9 de novembro de 2023

**Osvaldo Énio Nóbrega Machado Godinho**

---

# INTRODUÇÃO

---

Esta publicação decorre de um trabalho de investigação sobre a construção social de uma cidade ao abrigo de um projeto de políticas públicas de desenvolvimento regional, que conduziu à elaboração da tese do programa de doutoramento em Sociologia na Universidade de Évora, intitulada *Cidade Nova – a construção social de uma cidade. Estudo de caso de um projeto de políticas públicas de desenvolvimento regional*, cuja defesa pública se realizou na Universidade de Évora a 19 de maio de 2020.

A Cidade Nova – Vila Nova de Santo André, apresenta-se-nos hoje um nó na rede social alargada às cidades vizinhas, quer pelo fluxo originado pela relação administrativa quer pelo fluxo relacionado com as empresas do complexo industrial de Sines, fazendo parte integrante duma realidade social do Alentejo Litoral.

Vila Nova de Santo André é o caso único em Portugal de construção de uma cidade a partir de um espaço vazio e planeada em gabinete. Promove a possibilidade de análise de dinâmicas sociais construídas a partir de um espaço físico edificado com um propósito, e habitado por uma população migrante originária de diferentes cidades do território nacional e das ex-colónias, carregando consigo diferentes modos e costumes de vivência.

Vila Nova de Santo André personifica um aglomerado urbano, que difere em tudo do património urbano da zona rural alentejana em que está inserido. Com vias largas, brilhantes e bairros perfeitamente alinhados que quebram o horizonte infinito característico do Alentejo.

Em que contexto surge então o centro urbano de Santo André?

Construir uma cidade de raiz porquê e para quem?

De que forma a população oriunda de diversos locais do território continental e das ex-colónias, sem vínculos entre si e ao espaço físico, constrói um espaço social?

Como se organizou esta população de forma a minimizar e superar constrangimentos, maximizando recursos?

Que estratégias para a sobrevivência social foram desencadeados para a estabilização do quotidiano?

Respondendo às questões colocadas e seguindo uma trajetória cronológica, pretendemos organizar um documento que contribua para a perceção deste espaço físico e social inédito em Portugal.

Reconhecer a cidade nova como um espaço vinculado a uma construção ímpar em Portugal, física e socialmente, fruto de um projeto de âmbito alargado que representa uma tentativa de desenvolvimento regional do Estado Novo, orientado para um projeto macro de habitação social no âmbito de políticas públicas de desenvolvimento territorial ancorado ao modelo difusionista, à teoria dos pólos de crescimento

por atração de François Perroux, e à construção do complexo industrial de Sines ao abrigo do III Plano de Fomento (1968-1973).

O conceito de habitação social a que este trabalho se refere, descola-se do sentido de resposta a um problema social, nomeadamente o alojamento de populações economicamente desfavorecidas e em risco de exclusão social, mas sim no sentido de uma intervenção urbanística inserida num programa de políticas públicas apoiado e suportado em grande parte pelo Estado.

Este estudo de caso prevê uma abordagem à génese da Cidade Nova de Santo André, articulando no tempo a construção do seu espaço físico com a construção do seu espaço social.

O conceito de Cidade Nova apresentado neste trabalho decorre de um modelo de desenvolvimento regional, difundido após a 2ª Grande Guerra e que se define pela criação de pólos de desenvolvimento industrial e construção de habitação de suporte. A área residencial planeada vai ser construída desagregada de outros pólos habitacionais existentes, orientada por um plano integrado que previa a construção para além do edificado de habitação, acessibilidades e equipamentos sociais, que pudessem suportar e promover a origem de uma Cidade.

O espaço temporal do trabalho principia em 1968, com a aprovação do III Plano de Fomento e acompanha as fases de planeamento e início da construção do complexo industrial de Sines e da cidade de Santo André, desenvolvimento e estruturação e estabilização do complexo industrial e da cidade. Quanto à delimitação do espaço físico a pesquisa desenvolve-se na região Alentejo, na NUT III Alentejo Litoral, incidindo nos concelhos de Sines (o complexo industrial) e Santiago do Cacém (a cidade), com o maior foco da freguesia de Santo André, local de construção da Cidade Nova.

Foram elaborados estudos preliminares e detalhados, da região a abranger pelo complexo industrial e cidade nova, aquando da tomada de decisão do projeto, nomeadamente o *Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base* (1971) elaborado pelo Gabinete da Área de Sines, que identifica ao detalhe a zona de intervenção do grande projeto. Posteriormente nos anos 80 do séc. XX, foram desenvolvidos pelo Gabinete de Área de Sines alguns estudos, onde o foco já se orientava para a questão social, incluindo inquéritos à população e tentando perceber as dinâmicas sociais e o ambiente social na cidade e as fragilidades nela contidas. Estes documentos foram fundamentais para a elaboração deste trabalho, já que protagonizam uma relevante fonte primária.

Este trabalho apoiou-se nas publicações do Gabinete da Área de Sines (GAS), nomeadamente nos grandes trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho do Eng.º António da Silva Martins, O Estudo para a Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base (1971) e o Plano Geral da Área de Sines (1973), bem como nos relatórios anuais de execução e outras publicações do Gabinete da Área de Sines.

Em 2020 foi publicado um importante trabalho que reforça a pertinência do estudo da cidade nova, “Santo André – Planeamento de uma Cidade Nova – Conceitos e Métodos”, da autoria do arquiteto urbanista que fez parte do grupo de trabalho do



GAS como especialista em ordenamento do território, da Divisão de Planeamento Regional do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho – Guilherme Cândia Martins, este texto inclui algumas reflexões do trabalho do Guilherme Cândia Martins publicado em 2020.

Fruto de condicionalismos económicos, políticos e sociais o grande projeto não se concretizou na dimensão planeada, sofrendo uma redução substancial tanto a nível dos investimentos industriais, como a redução dos postos de trabalho criados, e no número de habitações construídas.

Para a investigadora que cresceu em Santiago do Cacém e acompanhou o crescimento da cidade através dos seus colegas do ensino básico e secundário, “O Areal” ou “Os Bairros” como era designada a cidade pelos locais, foi sempre uma fonte de curiosidade e mistério para uma jovem que na altura teria entre 11 a 13 anos. Quem eram estas pessoas e porque é que os prédios eram tão diferentes? Volvidos mais de quarenta anos, inúmeras foram as oportunidades de um olhar e de um escutar atentos às movimentações na cidade, que permitiram localizar indivíduos chave da sua edificação social, e solicitar a sua colaboração neste trabalho, à qual entusiasmamente e afirmativamente responderam.

No seguimento das relações interpessoais desenvolvidas com numerosos elementos desta população e da frequência de atividades e locais de convívio, nomeadamente a biblioteca Manuel do Tojal, e o espaço da Associação Ajagato, espaços fundamentais da vida cultural da cidade, foi possível recolher documentação de suporte a este trabalho, como publicações periódicas e outras informações pertinentes que os atores colecionaram, que o objetivaram, sendo que esta sistematização da informação recolhida previa logo à partida a publicação de uma breve história da cidade.

# 1. Contexto Político Económico e Social

---

## 1.1. Contexto atual da cidade

---

A cidade Vila Nova de Santo André, integra o Município de Santiago do Cacém, e juntamente com Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Sines formam a NUT III – Alentejo Litoral, inserida na NUT II – Alentejo. Equidistante de Sines e Santiago do Cacém forma com estas um triângulo espacial físico e social.

Segundo o apuramento provisório dos censos 2021, a cidade conta atualmente com 10.309 residentes e com 6.019 alojamentos, e acompanha a linha decrescente a nível da população quer das cidades limítrofes, quer de toda a NUT II e NUT III. Tendência contrária ao plano que a construiu, a cidade de Vila Nova de Santo André nesta dimensão, divide opiniões e sensibilidades, se para alguns é sentida como um projeto fracassado, para muitos garantiu a possibilidade de uma vida tranquila e de qualidade, nas dimensões económica, social e familiar, isenta das problemáticas sociais inerentes às grandes urbes.

Os seus limites espaciais confinam com o município de Grândola (Melides) a norte, com o município de Sines a sul, e com o oceano atlântico a oeste. A cidade na sua orla costeira, situa a praia da Costa de Santo André integrando alguns núcleos habitacionais, mantém a tradição de pesca na Lagoa de Santo André, com relevo para a pesca da enguia. A praia Fonte do Cortiço ou Areias Brancas e a praia do Porto das Carretas, também conhecida por praia da Vacaria ou praia do Monte Velho, são extensas praias retilíneas de areias claras. A Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, contêm flora e fauna específicas e ricas em diversidade de espécies incluindo aves migratórias.

## 1.2. O contexto das políticas públicas regionais no Estado Novo

---

A *Primavera Marcelista* ou *Marcelismo* é designado o período de 1968-1970 do governo de Marcelo Caetano, orientado por uma tentativa de reforma, nomeadamente a nível de políticas públicas. Conforme texto integral do discurso de Marcello Caetano, “Pelo Futuro de Portugal”, citado por Castilho (2000), “A constância das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado não impedirá, pois, o Governo de proceder, sempre que seja oportuno, às reformas necessárias” (p.54), considerando melhorias na política social. Ainda no mesmo discurso citado por Castilho (2000), “Mas é patente igualmente que todos desejam mais rapidez nas decisões, mais vivo ritmo no desenvolvimento económico e cultural, mais direto ataque às questões fundamentais de que depende o bem-estar geral” (p.57).

A adesão à EFTA, em dezembro de 1959, representa para Portugal uma abertura aos mercados, a Associação Europeia do Comércio Livre, era um espaço económico de livre-câmbio e livre de compromisso político, assim na década de 60 veio consolidar o território como entidade estruturante de desenvolvimento, numa tentativa de ajustamento às dinâmicas europeias, imprimindo a necessidade de uma reorganização económica e industrial.

A par um fluxo de migrantes vindos das zonas rurais para as periferias metropolitanas, regista-se também nesta década a mobilização de jovens para a guerra colonial. A corrente migratória para a Europa era contínua e motivada pelo excesso de mão-de-obra não qualificada.

O contexto orientava então para um desenvolvimento industrial que permitisse uma aproximação e até integração nos mercados europeus. É neste paradigma, que as políticas de desenvolvimento regional, legisladas através do III Plano de Fomento, previam uma orientação para a centralização na capital das atividades secundárias e terciárias a nível internacional e fomentar a descentralização das indústrias e atividades menos complexas, começam a ganhar forma.

A atividade económica de Portugal, nas décadas de 30 a 70 orientava-se por um protecionismo económico do Estado, a mão-de-obra barata e excedente, com baixas qualificações, baixo nível tecnológico, matérias primas e recursos vindos das colónias a preços baixos, acesso aos mercados da EFTA, intervencionismo estatal na indústria, investimento estrangeiro, existência de grupos portugueses para o investimento industrial. Espacialmente a indústria concentrava-se junto ao litoral, em Lisboa, Porto e Setúbal, e Aveiro.

## 1.3. Políticas Públicas Territoriais e de Habitação em Portugal

---

Segundo Fadigas (2015) o início da implementação de políticas públicas territoriais em Portugal terá coincidido com o Estado Moderno, que se desenvolveu a partir de 1834, abrindo caminho para uma nova sociedade orientada pelos princípios iluministas que preconizaram os sistemas democráticos e os Estados Modernos. A Lei de 3 de junho de 1822, alterou o regime jurídico das propriedades com eliminação dos direitos feudais e tributação agrária protagonizando as alterações que se viriam a observar na segunda metade do séc. XIX. O saneamento urbano começa a ser uma preocupação para o Estado que se propõe a assumir a partir de agora funções mais adequadas a um Estado moderno, regulamentando as atividades industriais, e dando às Câmaras Municipais as competências para licenciamento das obras privadas a ordenação dos edifícios e a construção de estradas e ruas, numa primeira regulação urbanística. Segundo Fadigas (2015) a Lei dos Melhoramentos Urbanos de 1865, e que durante quase 70 anos foi o principal instrumento urbano em Portugal, continha orientações relativas aos arruamentos e edifícios nas povoações e cidades.

Segundo Fadigas (2015), o primeiro governo de Salazar foi o início de um sistema político antiliberal designado Estado Novo, protagoniza uma diferente forma de Estado, orientado por uma política onde o cidadão perde o papel de intervenção junto da decisão política para tomar o lugar de destinatário da ação política. Já no séc. XX, refere Fadigas (2015), o papel que o engenheiro Duarte Pacheco desempenhou na utilização das políticas públicas para a transformação do território, ministro das Obras Públicas e Comunicações desenvolveu uma forte intervenção nas obras públicas e renovação urbana.

É durante o Estado Novo, em 1934, que a publicação do Decreto-Lei n.º 24 802, de 21 de dezembro de 1934, é, segundo Fadigas:

... um marco nas políticas públicas territoriais pela inovação que introduziu no planeamento das cidades e da sua expansão, ao criar um instrumento de planeamento urbanístico regulador da organização e da expansão urbana que, para além de estabelecer um quadro uniforme de referência, definia uma política destinada a mudar a expressão territorial e urbana do País. (Fadigas, 2015, p.85)

orientando para um levantamento da malha das cidades, vilas e localidades.

Em 1944 houve alterações a esta legislação nomeadamente sobre a expansão urbana e os planos de urbanização tomam a designação de planos gerais de urbanização e expansão.

Em 1969 foi constituído o Fundo de Fomento da Habitação, através do Decreto-Lei nº 49033 de 28 maio de 1969, decreto que vem regular a intervenção do Estado para as

políticas de habitação social. Antecedido por diversos decretos regulamentares dos programas de renda económica, programas que orientavam para casos específicos de regulação de determinadas situações emergentes, pretendiam uma abordagem planeada do que deveria ser a política de habitação do país em articulação com os Planos de Fomento, no caso o III Plano de Fomento. O Fundo de Fomento da Habitação, foi um passo significativo para o urbanismo em Portugal. Através do Decreto-Lei nº8/73 de 8 de janeiro foi dada às autarquias e ao Fundo a competência de promover a renovação urbana degradada ou sobrelotada. Fadigas (2015). Outro passo decisivo foi a legislação sobre licenciamento de obras particulares e a Lei de Solos de 1970 que reconhece as consequências negativas de implementação dos bairros muito afastados da cidade e dos locais de trabalho e promove a possibilidade de expropriação de terrenos com destino à habitação. A Lei de Solos de 1970, segundo Martins (2020, p.46), vem permitir a disponibilização de terrenos que visem a satisfação dos planos de urbanização a longo prazo, introduzindo novos princípios reguladores de apoio ao planeamento urbano tais como: expropriação sistemática, medidas preventivas, valor agrícola dos solos como base para fixação das indemnizações.

Sines assistiu à utilização desta lei de uma forma significativa, quer através da aplicação dos seus instrumentos, quer pela extensão da área expropriada. (Martins, 2020).

Retomando a questão das políticas públicas de desenvolvimento nacional, é com o III Plano de Fomento (1968-1973) que é feita uma orientação para o desenvolvimento regional.

É também com o III Plano que surgem pela primeira vez em Portugal as regiões-plano: quatro no Continente e duas insulares ... O mesmo diploma que definiu as regiões-plano do III Plano de Fomento (Decreto-Lei n.º 41 905, de 11 de março de 1969) cria as Comissões Consultivas de Planeamento Regional, posteriormente designadas Comissões de Coordenação Regional e atualmente Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. (Mafra e Silva, 2004, p.55)

O último dos Planos de Fomento, o IV, seguia a linha do III a nível da preocupação com as políticas regionais, não chegou a ser implementado devido às alterações políticas consequentes da revolução de 25 de Abril de 1974.

Foi criada em 1976 através do Decreto-Lei nº 117-E/76, de 10 de fevereiro, a Direção-Geral do Planeamento Urbanístico e publicada a Lei de Solos (Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de novembro, com um novo quadro de orientações, visando uma gestão do território eficazmente controlada pela administração públicas, substituindo a Lei de Solos de 1970 (Fadigas, 2015, pp.133-134).

Em 1976 a Constituição Política da República vem definir algumas bases da política regional e do processo de planeamento. Segundo Mafra e Silva (2004) "A Constituição Política da República (CPR) de 1976, na sua versão original, definia princípios conceptuais e programáticos muito datados que impunham a consideração da di-

menção espacial, lançavam as bases da definição da política regional e da institucionalização do processo de planeamento” (p.56), com a delimitação das regiões administrativas coincidentes com as regiões-plano.

O último grande plano de desenvolvimento urbano, do Estado Novo e o primeiro orientado sob um plano de desenvolvimento regional, foi a Cidade Nova de Vila Nova de Santo André que iria suportar e apoiar o desenvolvimento do Complexo Industrial de Sines.

---

## 1.4. O III Plano de Fomento e os pólos de desenvolvimento

---

Um Plano de Fomento, à época era o programa de ação de desenvolvimento do País, envolvendo o Estado, o sector privado e as demais entidades na prossecução do desenvolvimento económico e social utilizando os recursos humanos e materiais disponíveis para o efeito. É durante a vigência do I Plano de Fomento 1953-1958, que se começa a preparação do Plano de Rega do Alentejo, como uma atividade para o desenvolvimento, decorreram os II Plano de Fomento 1959-1964, e o Plano Intercalar para 1965-1967, e foi durante estes, que no âmbito dos trabalhos preparatórios para o III Plano, se constituiu um grupo de estudos para o planeamento regional no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Estudo que propõe a definição das regiões, elaboração de um diagnóstico, proposta de políticas e realização das mesmas de forma à aplicação dos programas de fomento regional<sup>1</sup>.

O III Plano de Fomento pretendia-se um instrumento impulsionador da economia da comunidade portuguesa, bem como do seu desenvolvimento e progresso social. Existe neste plano, enquadrado nos princípios legais do respeito pela iniciativa privada, definições das funções do Estado na ordem económica e social do País, tendo por objetivo a aceleração do ritmo de progressão da riqueza nacional, bem como corrigir desequilíbrios regionais de desenvolvimento, abrindo espaço para uma descentralização dos pólos de desenvolvimento industrial. O documento Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973, apresentado na Comunicação aos órgãos da Informação, em 30 de junho de 1967, orienta como objetivos do plano (A.J.M Veiga, 1967a):

1. A aceleração do ritmo de acréscimo de produto nacional;
2. A repartição mais equitativa dos rendimentos;
3. A correcção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento. (A.J.M. Veiga, 1967a, pp.22 -23)

---

<sup>1</sup> Decretos-Lei 48.905 de Março 1969 e 49.364 de novembro 1969

Este texto orienta para uma necessidade de equilíbrio entre regiões, como é anunciado e podemos ler um pouco mais à frente no mesmo documento, “Semelhante finalidade insere-se na política de crescimento harmónico da sociedade portuguesa, que representa pressuposto essencial do planeamento” (p.24).

António Motta Veiga (1967b) em entrevista ao Diário de Notícias de 25 de outubro de 1967, no documento “Linhas Gerais do III Plano de Fomento” refere, *“A descentralização da indústria será prosseguida através de uma política de criação de pólos de crescimento, isto é, pela concentração racional das atividades nas zonas que maior influência possam vir a ter no desenvolvimento de cada região.”* (p.29).

Neste período o poder económico concentrava-se nos grandes grupos financeiros privados, abre-se aos investimentos de capital estrangeiro e à implantação de multinacionais que encontram condições favoráveis ao investimento em Portugal (mão-de-obra barata e controlada, facilidades fiscais, acesso ao crédito bancário entre outras), tendo em vista o mercado interno (substituição da importação), recursos mineiros, e o mercado externo.

Decorrente de uma vontade de desenvolvimento regional expressa através do III Plano de Fomento, o complexo industrial de Sines vem consolidar a pretensão de desenvolvimento económico segundo o modelo de difusão de pólos de desenvolvimento, criando a possibilidade de Portugal entrar nos mercados económicos externos. Estes pólos de desenvolvimento deveriam ser descentralizados de forma a sugerir um nivelamento dos recursos no território português, seguindo um modelo difusionista e orientado pela teoria de pólos de Perroux, defendendo que o crescimento acontece propagado através de pólos de crescimento, assim, deve o estudo para o desenvolvimento regional considerar quais serão as localizações que oferecem melhores recursos para investir no seu crescimento económico. No caso concreto, a criação de um pólo industrial, sujeito a um plano, serviria de motor para este desenvolvimento e geraria um crescimento por difusão a outros pólos, organizados por uma atividade ou grupos de atividades, mas orientados por uma política central promovida pelo governo.

Ribeiro, Fernandes e Ramos (1987), no seu artigo “Grande indústria, banca e grupos financeiros —1953-73”, fazem referência ao lançamento das iniciativas industriais:

O lançamento de grandes iniciativas industriais viradas para o mercado internacional e traduzindo uma ruptura com a experiência anterior da industrialização portuguesa... Essas iniciativas vão centrar-se no lançamento ou ampliação de três tipos de sectores: sectores ligados à economia petrolífera mundial (refinação de petróleos, petroquímicas, construção naval de grandes petroleiros); sectores destinados a processar recursos minerais nacionais (pirites, silício, etc. ...) . . . sector de bens de equipamento pesado . . . (Ribeiro, Fernandes & Ramos, 1987, p.993)

O Complexo Industrial que se virá a localizar da área de Sines, será um grande investimento virado para o mercado internacional, seguindo a orientação de abertura externa.

Foi em 20 de dezembro de 1967, que a Lei nº 2133, sobre a execução do III Plano, vem a ser promulgada orientando para o crescimento do produto nacional, uma repartição mais equilibrada dos rendimentos, para um maior equilíbrio da rede urbana, com equipamentos sociais ao alcance das populações, o desenvolvimento da indústria orientada por pólos de desenvolvimento, especialização da agricultura de acordo com as características dos solos e clima das diferentes regiões.

O III Plano de Fomento contém também orientações para a definição das regiões-plano, e linhas de orientação geral, bem como para a proposta de criação “das comissões de planeamento regional”. Estão contempladas medidas de política regional, a criação de zonas industriais e medidas de política social, com relevo para a saúde, educação e habitação. O III Plano de Fomento veio legislar sobre a perspetiva regional orientado por medidas e ações planeadas.

O Decreto-Lei n.º 48905, de 11 de março de 1969, que orienta para a criação de uma Comissão Consultiva Regional em cada uma das regiões com a missão de recolher e preparar informação que estruture a elaboração de programas de desenvolvimento económico e social regional, o seu acompanhamento e execução.

De forma a seguir as orientações da linha Europeia, para um desenvolvimento industrial e social, determinou-se ao abrigo do III Plano de Fomento, projetar a construção de infraestruturas industriais e habitacionais. Portugal ainda detentor das ex-colónias, recebia matéria-prima diretamente de Angola e Moçambique, (Rama Petróleo), e o minério de Aljustrel.

Devido ao conflito Israelo-Árabe e decorrente da Guerra dos Seis Dias, o Canal do Suez mantinha-se fechado, obrigando o tráfego marítimo a contornar África para chegar à Europa, vindos da Ásia. Esta condicionante é favorável à construção de um porto de águas profundas não só para servir as exportações e embarcações nacionais, mas também o tráfego comercial marítimo internacional.



## 1.5. O Complexo Industrial de Sines e a criação do novo centro urbano

Em 19 de janeiro de 1971, por decisão do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, foi criado junto do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e com despacho de 15 de fevereiro de 1971, um grupo de trabalho encarregue de até 31 de março do mesmo ano, elaborar um documento sobre a melhor localização no País, de uma área de implementação de indústrias de base. Os temas a analisar no relatório seriam: Problemática geral das zonas francas, Localização de uma área de implantação concentrada de indústrias de base, Medidas destinadas a fomentar o afluxo dos investimentos à área industrial proposta. O Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base – GAS (1971), foi um relatório resultante, orientado para o segundo ponto – Localização de uma área de implantação concentrada de indústrias de base, e abrangeu a análise de algumas hipóteses de localizações, desde a Figueira da Foz a Vila Real de Santo António, para a reduzir a uma área mais limitada – Lisboa, Setúbal e Sines. A análise das condicionantes de localização incidiram sobre: Ordenamento do território, infraestruturas portuárias, transportes terrestres, urbanização e infraestruturas sociais, poluição do meio ambiente, economia de exploração e planeamento e coordenação.

No Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base – GAS (1971), podemos ler:

... em despacho do Ministério da Economia, de 16 de Outubro de 1970, em que se formulavam as intenções do Governo de autorizar a instalação, no Sul do País a local a definir posteriormente, de: Refinaria de petróleo para o tratamento de 6 milhões de toneladas anuais de ramas, com fácil ampliação para 10 milhões de toneladas; Petroquímica de olefinas, com capacidade mínima de 200 000 t anuais de etileno; Terminal petrolífero, com capacidade para receber navios-tanques de, pelo menos 300 000t. ... Diversa se apresentava a situação no que diz respeito ao aproveitamento das pirites... O aproveitamento das pirites, em escala que possibilite concorrência internacional mostra-se não só possível como desejável, por constituir este minério a maior riqueza conhecida do nosso subsolo e por se encontrar em situação geográfica favorável no que diz respeito a transportes. (GAS, 1971, p.9)

O grupo de trabalho foi constituído por representantes dos Ministérios das Obras Públicas e das Comunicações, representantes da Secretaria de Estado da Indústria, da Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado do Orçamento, secretário do grupo de trabalho e dois representantes da Presidência do Conselho. Este primeiro grupo de trabalho parte do pressuposto que as indústrias de base serão a refinação do petróleo, a petroquímica inerente e a metalurgia de concentração do minério das pirites de Aljustrel e conclui como se pode ler no Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base, GAS (1971) Presidência do Conselho:

A zona de Sines deve ser escolhida para a área de implantação concentrada da indústria de base;

É indispensável a criação de um gabinete da área urbano-industrial de Sines, na dependência da Presidência do Conselho, com eventual delegação a nível ministerial;

A decisão sobre a localização deve ser acompanhada da definição do perímetro sujeito às medidas cautelares que o Decreto-Lei nº 576/70 prevê, abrangendo a área delimitada por dois arcos de círculo, com raios de 15 km e 10 km, com centros em Sines e Porto Covo, respetivamente, e possibilitando a expropriação sistemática das áreas necessárias às realizações previstas. (GAS, 1971, p.5)

Esta conclusão, segundo o estudo, deve-se ao facto de Sines se encontrar numa posição estratégica tanto ao nível do país (proximidade a Lisboa e Setúbal) como num contexto internacional, oferecendo condições para a redistribuição de ramais para a Europa, possibilitando a construção de um porto de águas profundas, com fundos estáveis, permitindo abrigar navios de grande porte.

Para esta decisão foram analisadas as condicionantes de localização entre as áreas iniciais em estudo, e para o ordenamento do território, Sines apresentava vantagens na integração da rede urbana segundo o Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base – GAS (1971);

a) Integração na rede urbana: Criação de um pólo de desenvolvimento... promovendo não só um melhor equilíbrio regional, como tornando mais consistentes a interligação dos sistemas urbanos de Lisboa e da faixa urbanizada do Algarve. Dar origem a um centro urbano de uma dimensão que lhe assegure uma função de relevo na rede urbana e possibilita fixar um quantitativo populacional importante; b) O efeito mais importante, uma vez que se trata de um centro urbano a criar e onde, portanto, se torna possível um planeamento e uma programação mais efectivos é o da redução nos custos de investimentos de funcionamento. A necessidade de atrair e fixar mão-de-obra, com possibilidade de deflectir a corrente migratória e, relativamente à hipótese anterior, a custos sociais mais favoráveis. (GAS, 1971, pp.16-21)

Ao nível do estudo de infraestruturas portuárias, as necessidades do complexo industrial incluem um porto que permitisse a ancoragem de transportadores nomeadamente Mineraleiros – 100.000t e Petroleiros – 300.000t de forma a minimizar o número de transportes, previa-se que fossem necessárias infraestruturas que segundo o “Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base” Gabinete da Área de Sines – 1971 – Presidência do Conselho, capacitassem para o transporte de, “... 22 a 42 milhões de toneladas, conforme o porto se destine a apenas ao consumo interno e exportações, ou contemple a redistribuição de produtos recebidos a outras zonas da Europa... poderão atingir-se os 32 a 54 milhões de toneladas anuais” (GAS, 1971, p.22).

Mediante este pressuposto a hipótese de Sines tornou-se viável pois, e segundo o Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base - GAS (1971);

a) Permitirá abrigar quaisquer navios de qualquer tonelagem hoje prevista (até, pelo menos o milhão de toneladas); b) Oferece por isso, condições óptimas de concorrência para o tráfego da redistribuição de ramas para a Europa; c) Os fundos são particularmente estáveis ... (GAS, 1971, p.27)

em conclusão:

A zona de Sines permite com menores custos, a construção de um porto completamente abrigado, capaz de vir a receber navios de qualquer tipo e qualquer tonelagem, francamente apto a tentar a conquista do tráfego a redistribuir para o resto da Península ou mesmo resto da Europa. (GAS, 1971, p.32)

Vem a ser em abril de 1971 elaborado e submetido para aprovação, pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, o relatório sobre a localização das indústrias de base, orientado para a escolha de Sines para localização do complexo industrial, para a criação de um gabinete da área urbana-industrial dependente da Presidência do Conselho, assim como a definição do perímetro sujeito a ser comprado e/ou expropriado.

Sobre a urbanização e infraestruturas sociais, continuando a seguir a lógica do relatório Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base - GAS (1971),

Com base nas estimativas do volume de empregos a criar para o funcionamento do complexo e das infra-estruturas portuárias, considera-se que este empreendimento deverá ser acompanhado de operações urbanísticas que ponderem, além do mais, as necessidades de instalação e de serviços de uma população da ordem dos 100 000 habitantes, até ao fim do corrente decénio. ... deve pensar-se numa ordem de grandeza de 25 000 fogos, mas haverá neste domínio campo para muitas variadas modalidades quanto ao grau de intervenção do Estado. (GAS, 1971, pp. 37-38)

Podemos assim perceber a grandiosidade do complexo industrial e do número de indivíduos necessários para satisfazer as necessidades de mão-de-obra. Ainda segundo o estudo acima referido, citamos as conclusões agora para a formação de um organismo que tutele toda a logística para a implementação de um projeto desta envergadura, GAS (1971):

d) A criação da zona industrial, qualquer que seja a localização escolhida, impõe a constituição de um organismo planeador e coordenador de empreendimento, permanente orientador da dinâmica do complexo; e) Esse organismo deverá nascer sob a forma de gabinete da área-urbano-industrial, dependente da Presidência do Conselho e dotado de estatuto com autonomia administrativa e financeira, que lhe assegure rápida adaptação às necessidades impostas pelas muitas variadas tarefas a desempenhar". (GAS, 1971, p.56)

Através Decreto-lei 270/71, de 19 de Junho<sup>2</sup>, é criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, que passou a ser designado por Gabinete da Área de Sines (GAS), entidade capacitada de autonomia jurídica, administrativa e financeira reportando diretamente ao Presidente do Conselho, terá então como funções, a criação e implementação de uma área concentrada de indústrias de base, do terminal oceânico, assim como desenvolver toda a logística e infraestruturas de apoio, nomeadamente, outros equipamentos industriais de apoio e o centro urbano.

Datado de 15 de novembro de 1972, e aprovado pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos a 30 de novembro de 1972, sendo o Eng.º António da Silva Martins o Diretor do Gabinete, O Plano de Geral da Área de Sines é um documento cujo objetivo é definir as linhas gerais da organização do espaço e de atuação do grande projeto de desenvolvimento da área de Sines e vem trazer as conclusões dos estudos desenvolvidos no sentido de "definir as linhas gerais de organização do espaço e dos critérios que deverão orientar a actuação dos intervenientes no processo de crescimento da área de Sines" (p.19) e "... Áreas portuárias, Áreas industriais, Áreas urbanas, Áreas florestais de proteção, Áreas de conservação ecológica... Localização da área central do novo centro urbano, ao Sul-Nascente da Lagoa de Santo André, com poucos graus de liberdade quanto à implantação;" (pp.21-22)

O Plano Geral da Área de Sines, abrangeu a definição estratégica de:

- Áreas Portuárias
- Áreas Industriais
- Áreas Urbanas
- Áreas de Proteção

O investimento público definido no Plano Geral da Área de Sines – GAS 1973, verificou-se necessário para a criação de infraestruturas como condição à instalação do investimento industrial privado nomeadamente a nível de:

---

<sup>2</sup> Artigo 1.º – 1. É criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, abreviadamente designado por Gabinete da Área de Sines, destinado a promover o desenvolvimento urbano-industrial da respectiva zona.

2. O Gabinete é dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e depende diretamente do Presidente do Conselho.

Art. 2.º – 1. O Gabinete da Área de Sines tem por atribuições:

a) Promover, na zona delimitada no n.º 2, a criação de uma área de implantação concentrada de indústrias de base e de um terminal oceânico, dotados das adequadas infra-estruturas e dos necessários serviços de apoio;

b) Promover, na mesma zona, a instalação de outros empreendimentos industriais que possam contribuir para o mais harmónico desenvolvimento do complexo;

c) Promover, ainda na mesma zona, a criação dos centros urbanos exigidos pela concentração populacional resultante do exercício das actividades industriais e a instalação e o funcionamento dos respectivos equipamentos sociais;

d) Propor a adopção das formas de gestão mais convenientes para os diversos empreendimentos a realizar.

- Aquisição de Terrenos
- Porto
- Centro Urbano
- Infraestruturas de Base
  - Rede Viária
  - Abastecimento de água
  - Saneamento
  - Energia Eléctrica
- Promoção Industrial
- Controle de Poluição

Conforme o Relatório de Execução GAS 1973 (1974) os projetos industriais que fariam parte do complexo industrial da área de Sines são os que se indicam;

1 – Refinaria Petrosul, com a participação do Estado/CUF/SONAP/ e outras, previa a criação de 600 empregos;

2- Complexo Petroquímico de Olefinas e Companhia Nacional de Petroquímica, o número de 1.400 postos de trabalho;

3- Central Termoelétrica, produção de vapor e eletricidade, com 70 postos de trabalho.

4- Fábricas de automóveis, (Modelo Alfa-Sud) sob a licença da Alfa – Romeo com o número de 6.750 empregos criados;

5- Complexo Adubeiro, CUF, UFA, S.P.P., Nitratos de Portugal e Amoníaco Português, Fábrica de ácido sulfúrico, Fábrica de ácido fosfórico, Fábrica de Fosfato- Mono-Amónio, Fábrica de Ureia, Fábrica de Adubos compostos, com a previsão de 800 postos de trabalho;

6- Fábrica de Cloro, (CUF, UNITECA, Soda Póvoa, Amoníaco Português), previsão de 100 postos de trabalho;

7 – Complexo Metalomecânico Equimetal e Construtora Moderna – previsão na ordem dos 1000 empregos;

8 – Fábrica de Explosivos – SPE e FNMAL – Empregos previstos – 850.

A somar aos 11.570 postos de trabalho sinalizados, considerava-se uma estimativa de 3.000 postos de trabalho para indústria ligeira de suporte, e ainda se considerava as conversações em curso para outros investimentos segundo este documento, para a implementação de Siderurgias, tratamento de Pirites, e o Estaleiro Naval, sendo para o total dos projetos o número estimado de empregos criados através do complexo industrial excederia os 15.000. Este relatório orienta para uma abertura à participação do Estado nos investimentos industriais:

Até final de 1973 todos os investimentos industriais decididos para a Área de Sines estavam a cargo do sector privado, com a excepção da unidade ligada à fabricação de explosivos. Desde a criação deste Gabinete que se vem pugnando por uma mais activa participação do Estado, especialmente em todos os sectores de indústrias base previstas para a Área de Sines. (GAS, 1974, p.47)

Para garantir habitação para a população prevista para o arranque e manutenção do complexo, o GAS desenvolveu estudos para determinar as infraestruturas a desenvolver com vista à construção de edificado urbano. Estes estudos permitiram verificar que seria necessário garantir alojamento e equipamentos de apoio para os trabalhadores da construção civil e serviços de apoio, que seriam previsíveis num valor de perto de 15.000 entre 1973 e 1975. Valor que corresponderia a uma duplicação da população na zona em questão.

A par da habitação deveria ter-se em conta a programação e execução de equipamentos de educação e saúde para além das necessárias infraestruturas de saneamento básico. Seria, pois, necessário planear equipamentos e serviços que dariam apoio não só à primeira fase do fluxo populacional para a construção civil, como a uma segunda fase dos fluxos de trabalhadores que viriam operacionalizar as fábricas do complexo industrial, que se previam em grande número, e que ao se fixarem, constituiriam famílias.

Segundo o Plano Geral da Área de Sines, a previsão de habitantes para dar corpo ao complexo industrial planeado seria na ordem dos 100.000, o que colocou em discussão, se seria de considerar construir edificado de habitação em ampliação das duas localidades Sines e/ou Santiago do Cacém, ou construir um novo centro urbano. Segundo este plano, a criação de uma cidade nova teria a vantagem de aquisição de terrenos a um menor custo, prevenindo segundo o Plano Geral da Área de Sines (1973) “desencadear de processos especulativos no que concerne à estrutura fundiária, o que seria dificilmente evitável em Sines ou Santiago do Cacém” (p. 214), ainda acrescenta o referido plano,

Por razões de natureza climática e aptidão do solo, as áreas portuárias, das ramas, dos minérios e das indústrias pesadas terão necessariamente de se localizar a sul das áreas urbanas . . . o futuro centro urbano ou se localizaria para nordeste desta vila e na direcção da lagoa de Santo André, orientando-se mais ou menos para o interior, ou para noroeste de Santiago do Cacém, também na direcção da lagoa de Santo André”. (GAS, 1973, p.214)

Assim, como conclusão no mesmo documento, é definida a seguinte orientação:

Localização da área central do novo centro urbano, ao sul nascente da lagoa de Santo André . . . O programa mais eficaz para o primeiro período considerado (1972-1975) é o de criar, junto da lagoa perto da futura área central, o 1º estabelecimento do novo centro urbano e promover a expansão moderada de Santiago do Cacém. (GAS, 1973, p.22)

Orientação que encontra a sua génese no texto que faz parte do ponto 2 da introdução do Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de junho;

... a criação de uma área de implantação industrial concentrada, como novo pólo de desenvolvimento e instrumento de melhor ordenamento do território, pressupõe a criação paralela dos centros urbanos exigidos pela concentração populacional resultante das actividades industriais, com a instalação e o funcionamento dos respectivos equipamentos sociais.

Apresenta-se assim legislada e fundamentada a criação do centro urbano que daría origem à actual Vila Nova de Santo André.

O Relatório do Conselho de Gestão de 1986, refere que a Zona de Actuação Directa do GAS, tal como definida no nº 2 do Artº 2º do Decreto-Lei nº 270/71 configurava 40.900 hectares, destes, 2.800 ha para a Instalação do núcleo urbano de Santo André, sua futura expansão e área de Indústria Ligeira. Este mesmo relatório sinaliza que “O G.A.S desde 1973, adquiriu na área sujeita a expropriação sistemática cerca de 17.500 hectares”, ainda no mesmo relatório “... de acordo com o ordenamento efectuado, a afectação destas áreas foi a seguinte: ...- Núcleo urbano de Santo André e implantação da Zona de Indústria Ligeira (Zil 1) – 600 ha”.

---

## 1.6. Redefinição do projeto de desenvolvimento da área de Sines

---

O projeto industrial de Sines sofreu grandes alterações em relação ao que estava inicialmente planeado, nomeadamente a nível das proporções do complexo que ficaram muito aquém do plano, como pode ser entendido através do Decreto-lei 487/80, de 17 de outubro que prevê a reestruturação do GAS.

2. Logicamente, o GAS foi concebido à luz da teoria dos pólos de desenvolvimento e de pressupostos de economia internacional que, mercê das mutações derivadas da crise de 1973, hoje estão totalmente ultrapassados. Acrescem as profundas mutações entretanto surgidas na economia e sociedade portuguesas e nas relações com os países africanos.

3. Há pois que «repensar Sines no quadro de uma estratégia nacional de desenvolvimento» e, do mesmo modo, repensar o enquadramento legal do Complexo. De facto, o Complexo de Sines atingiu já um grau de absoluta irreversibilidade, havendo que estudar as melhores formas de maximizar a sua utilidade nacional, potenciar os recursos humanos e tecnológicos a ele afectos e rendibilizar as verbas atribuídas.

A crise internacional do petróleo terá sido um dos principais obstáculos ao desenvolvimento pleno do complexo industrial. A reabertura do Canal do Suez ao tráfego de petroleiros, a par da ampliação e implementação de outros portos em Espanha, França e Holanda, foram fatores que modificaram o movimento de superpetroleiros, e colocaram as questões sobre a continuidade do projeto e da sua viabilidade.

O Relatório do Conselho de Gestão – Exercício 1982 orienta para “1.3 Uma Nova Estratégia de Desenvolvimento” a definição de políticas para os anos seguintes refletindo a estratégia de desenvolvimento de Sines e a avaliação dos investimentos e das intervenções a desenvolver para o desenvolvimento da Área de Sines. Este documento salienta a atividade do Gabinete da Área de Sines que no ano de 1982 se envolveu na elaboração do Novo Plano Geral da Área de Sines, uma vez que “desde a conceção inicial do Empreendimento se verificaram certos factores que vieram a pôr em causa alguns dos pressupostos iniciais” destacando:

- a chamada crise do petróleo, a partir de 1973, com os consequentes aumentos de preços e restrições ao consumo, associados a uma recessão económica generalizada; a abertura do canal do Suez ao tráfego dos petroleiros, tornando menos justificada a utilização de Sines, a par da ampliação e implantação de outros portos em Espanha, França e Holanda; a alteração das entidades responsáveis pelos grandes projetos, que passaram a ser públicas, o que se traduziu num agravamento financeiro e de planeamento, no quadro do desenvolvimento económico e social; as alterações verificadas nas tendências do comércio internacional e das relações externas portuguesas” (ponto 2.1 Planeamento e promoção). (GAS, 1982d)

Com a revolução de 25 de Abril de 1974 e a queda do regime, Portugal assiste a alterações políticas e económicas que vão ter repercussões na construção e desenvolvimento do complexo industrial de Sines. Empresas privadas são nacionalizadas e constituídas empresas públicas. Podemos ler no Relatório e Contas 1988 do GAS “... este ano (1973) foi também fértil em convulsões e alterações na conjuntura mundial – primeiro choque petrolífero e quarta guerra israelo-árabe. Acresce que em 1974/75, a revolução de Abril de 1974 ampliou substancialmente, no nosso país, as consequências da recessão económica mundial, com a independência das ex-colónias e o regresso maciço de portugueses.” (GAS 1988. p.3).

A Petrosul, - Sociedade Portuguesa de Refinação de Petróleos constituída em 1972, converte-se na Petrogal em 1976 resultado da fusão das empresas nacionalizadas em 1975 (SACOR, CIDLA, SONAP e Petrosul)<sup>3</sup>.

O GAS é incorporado através do Decreto-Lei nº 683 – A/76 no Ministério do Plano e da Coordenação Económica.

O Relatório e Contas 1988 do GAS, aquando a extinção do Gabinete da Área de Sines, faz uma retrospectiva da sua ação e podemos ler:

<sup>3</sup> <https://www.galp.com/corp/pt/sobre-nos/a-galp/as-nossas-raizes>



6. ... A prudência aconselhava que se abandonasse o empreendimento, uma vez que alguns pressupostos em que se tinha baseado estavam radicalmente alterados e os investimentos entretanto realizados não eram ainda muito significativos. Tal não aconteceu e o III Governo Provisório (vidé Dec. Lei nº 93/75 de 28 de Fevereiro) decidiu continuar com o projeto numa conjuntura económica fortemente adversa (em 1975 verificou-se um crescimento negativo de 4,3% e uma taxa de inflação de 27%). Os IV e V Governos Provisórios decidiram ainda nacionalizar a Banca, os Seguros e as Indústrias Básicas, de modo que o papel atribuído inicialmente aos investidores privados, nacionais e estrangeiros, na Área Industrial de Sines – Refinaria, Petroquímica de Olefinas, Processamento de Pirites e Metalurgias, Color e Soda Cáustica, Siderurgia, Reparação Naval, Metalomecânica, Central Térmica – passou a ser desempenhado por empresas do sector público.

7. A decisão de continuar o empreendimento permitiria, porém, nos últimos anos da década de 70, absorver muita mão-de-obra retornada das ex-colónias, quer na construção civil e obras públicas, quer nas indústrias em instalação na Área, quer no próprio GAS. (GAS, 1988, p.3).

É referido neste relatório a questão do prosseguimento deste projeto quando nos países industrializados se assistia a um abandono da teoria de investimento por pólos de desenvolvimento, tendo sido lançadas empreitadas de habitação, saneamento básico, instalações portuárias, transportes e comunicações até aos anos 1980.

Através do Decreto-Lei nº 487/80 de 17 de outubro, é feita uma clarificação das atribuições e competências do Gabinete da área de Sines, e determinada a continuação do projeto.

Numa comunicação, aquando o 2º Encontro de Jornalistas Económicos, promovido pela C.N.P (Companhia Nacional Petroquímica), em Abril de 1979, com intuito de promover o debate sobre a pertinência dos complexos industriais, face aos constrangimentos socioeconómicos vividos no momento, António da Silva Pinto (1979) refere que em 1975 foi feita uma reavaliação da pertinência e da capacidade da refinaria em Sines, sendo, no entanto, mantido o projeto de construção bem como a capacidade desta. O mesmo autor refere a orientação para utilização de materiais e mão de obra nacional, tendo-se provado a capacidade dos recursos humanos nacionais de concretizar a obra, bem como o arranque da unidade. (Pinto, A., 1979, pp.118-119).

Também a Petroquímica, constituída em CNP – Companhia Nacional de Petroquímica em 1972<sup>4</sup> inicia a sua laboração em 1981, já depois de passar pelo processo de nacionalização, através do Decreto-Lei nº 453/75 de 21 de agosto de 1975, viveu momentos de indefinição, sendo que em julho de 1986, o Decreto-Lei nº 209-A/86 de 28 de julho de 1986 determinou a extinção da companhia, tendo posteriormente sido vendida a companhias privadas.

<sup>4</sup> <https://sines.repsol.pt/pt/sobre-complexo/a-nossa-historia/index.cshtml>

A conjuntura em 1982, obriga a uma reflexão dos investimentos e do planeamento da Cidade Nova, como é testemunho o Relatório do Conselho de Gestão – Exercício de 1982 do Gabinete da Área de Sines. Citado neste relatório, no ponto 1.1 “Ao contrário da crise iniciada em 1973, que foi ultrapassada de forma relativamente rápida por quase todos os países industrializados, a crise começada com o “choque do petróleo” de 1979 transformou-se numa verdadeira recessão mundial ... ”

Variadas as fontes de constrangimentos, para a implementação do projeto baseado no plano inicial, e a cidade que acompanhará a implementação do projeto industrial sofre consequentemente uma redução da sua dimensão física.

O Gabinete da Área de Sines solicitou em 1982 um estudo que elaborasse o cenário prospetivo de desenvolvimento e concretização do projeto de Sines, reforçando a importância do desenvolvimento da área de Sines e o seu impacto no desenvolvimento regional e nacional. Este relatório elaborado por José Luís Ferreira Mendes, com o propósito de desenhar um possível cenário de forma a proporcionar às entidades competentes um documento base para a tomada de decisão sobre o relançado ou consolidação do Pólo de desenvolvimento da Área de Sines. Este documento desenvolve uma reflexão sobre os impactos regionais do complexo industrial a sul do Tejo, analisando os constrangimentos gerados pelas alterações conjunturais que levam à necessidade de redefinição do projeto de desenvolvimento da área de Sines. O referido relatório Impacto Regional do Projeto de Sines- considerações e perspetivas, de 1982, fez um desenho de cenários possíveis para a reformulação do projeto inicial, apontando os principais constrangimentos ao projeto inicial.

Mantendo a posição de que o modelo atual de distribuição espacial das atividades económicas do país, é desequilibrado, tornava-se necessário uma reestruturação para o desenvolvimento da integração europeia. Leia-se no mesmo relatório Impacto Regional do Projeto de Sines, de Mendes (1982) “Sines pode afirmar-se como uma primeira e ainda única grande iniciativa governamental para uma nova política de descentralização do desenvolvimento económico e social” (p.164).

Portugal entra na CEE, a 1 de janeiro de 1986, e em 6 de fevereiro de 1986 o Conselho de Ministros nomeou um Conselho de Gestão de forma a serem implementadas medidas de reafectação das funções, do pessoal e do património pelos organismos da administração central e autárquica, e consequente extinção do Gabinete da Área de Sines, aprovada pelo Conselho de Ministros, em 29 de dezembro de 1988, e publicado através do Decreto-Lei nº 228/89 de 17 de julho. (Relatório e Contas 1988 – extinção do GAS)

Das unidades industriais previstas, foram construídas; a Petroquímica, a Refinaria, a Central Termoelétrica a Carvão, a Equimetal, tal como se passa a sistematizar no quadro seguinte:

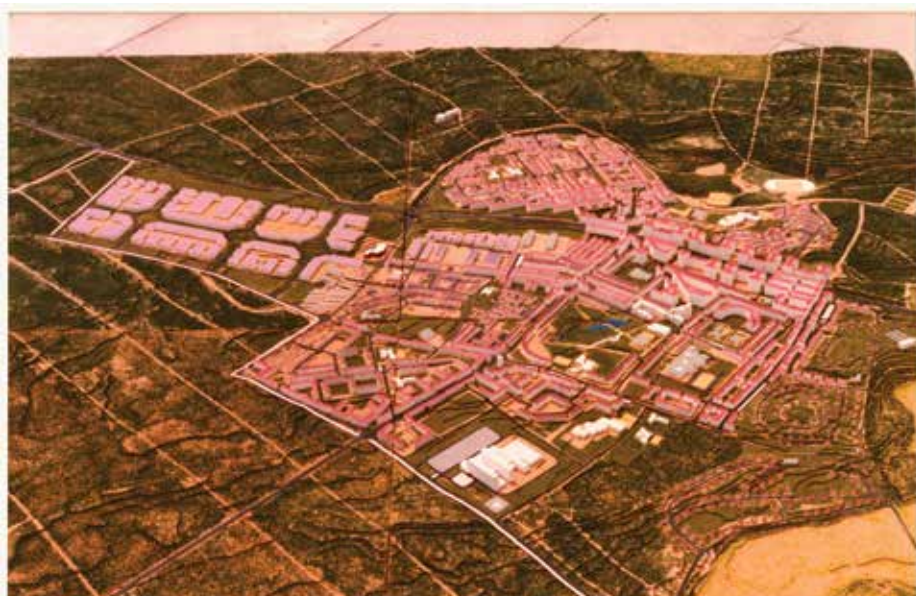
**Quadro 1 – Unidades Industriais planeadas e concretizadas.**

<b>Indústrias Previstas – Relatório de Execução do GAS de 1973</b>	<b>PT* Plano</b>	<b>PT* 1986</b>
1- Refinaria Petrosul (Estado/CUF/SONAP/ e outras)	600	665
2- Complexo Petroquímico de Oleofinas e Companhia Nacional de Petroquímica	1 400	1 497
3- Central Termoelétrica, produção de vapor e eletricidade	70	220
4- Fábricas de automóveis Modelo Alfa-Sud sob a licença da Alfa – Romeo	6 750	
5- Complexo Adubeiro, CUF, UFA, S.P.P	800	
6 – Fábrica de Cloro, (CUF, UNITECA, Soda Póvoa, Amoníaco Português	100	
7 – Complexo Metalomecânico Equimetal e Construtora Moderna	1 000	177
8 –Fábrica de Explosivos – SPE e FNMAL	850	
<b>Valor Total de Postos de Trabalho Previstos para estes oito projetos</b>	<b>11 570</b>	<b>2 559</b>

\*PT – Postos de Trabalho

Fonte: Relatório de Execução GAS – 1973 e Relatório do Conselho de Gestão GAS – 1986

## 2. A Construção da Cidade Nova



1 - Vista geral da maquete do Centro Urbano de Santo André  
Autor não mencionado, [entre 1979 e 1981]  
PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0025-000001. Imagem cedida pelo ADSTB

---

### 2.1. O plano urbano e as condicionantes de implementação

---

As medidas de habitação social do Estado Novo, teriam até ao momento um especial enfoque nas grandes cidades de Lisboa e Porto e na sua cintura industrial, e em situações emergentes de pobreza.

Alojar em pouco tempo os milhares de indivíduos previstos, inicialmente para a construção civil, e seguidamente para operacionalizar o complexo, reverte para uma programação atempada da habitação disponível que assegure as condições e as

necessidades dos fluxos previstos.

Como referido anteriormente no ponto 1.5. O Complexo Industrial de Sines e a criação do novo centro urbano, no do Decreto-Lei nº 270/71 estavam previstos 2.800 ha para a instalação do núcleo urbano de Santo André e área de Indústria Ligeira, sendo em 1986 a afectação da área dos terrenos de construção da cidade se situava nos 600 ha.

Segundo Martins (2020), o planeamento da estrutura urbana a construir decorreu de dois objetivos principais “responder às necessidades da montagem e construção da Refinaria, Petroquímica e do Porto; explorar as hipóteses de desenvolvimento urbano, a criação de uma cidade nova junto da Lagoa de Santo André e a expansão conjunta de Santiago do Cacém e de Santo André”. (p.106)

Assim, e ainda segundo Martins (2020),

O 1º estabelecimento, considerado como o núcleo de desenvolvimento da Nova Cidade, foi concebido como uma unidade auto-suficiente para acolher cerca de 25.000 habitantes, complementada pelo desenvolvimento, de Sines e Santiago do Cacém, cujas metas populacionais o modelo permitiu rever. (Martins, 2020, p.149)

Segundo o ponto 4 do Anexo I – Hipóteses alternativas da organização do espaço do Plano Geral da Área de Sines – GAS (1973), o planeamento urbano foi definido para uma meta de 100.000 habitantes levando a considerar hipóteses alternativas para a organização do espaço. A localização das áreas a urbanizar deveriam considerar a possível expansão futura, e a necessidade da existência de uma zona de proteção natural entre a zona industrial e os aglomerados urbanos, com um distanciamento de 8km a 10 km. Este documento identifica a previsão de 3.340 ha para as áreas urbanas, repartidos entre:

- Área central com 40 ha
- Áreas residenciais com 800 ha
- Equipamentos com 600 ha
- Acessos e arruamentos com 100 ha
- Espaços livres com 800 ha
- Zonas de protecção com 1.000 ha

Partindo de duas opções – 1. Crescimento com base nos aglomerados existentes; expansão de Sines ou de Santiago do Cacém e nas duas em conjunto. 2 – Crescimento com base na criação de uma cidade nova. (GAS 1973, pp. 207-211)

Assim, colocavam-se questões como; em primeiro lugar encontrar uma localização e em segundo lugar que cidade construir.

Partindo de hipóteses como aumentar o perímetro de Sines, fazer crescer tanto Sines como Santiago, ou construir uma cidade nova, determinantes para a escolha da

construção da Cidade Nova (e crescimento moderado dos centros urbanos existentes), contribuíram as condicionantes apresentadas no O Plano Geral da Área de Sines – GAS (1973):

Assim a principal (vantagem em criar um novo centro urbano) está na grande flexibilidade que se oferece em múltiplos níveis e sectores de planeamento. O leque de escolha, quer para a implantação, quer para as estruturas de relação com a restante realidade é variado, permitindo uma maximização dos aspectos positivos, bem como uma minimização dos encargos. ... diminui as probabilidades de tensões e conflitos sociais, que necessariamente ocorrerão a par do desenvolvimento industrial e urbano. (GAS, 1973, p.214)

Segundo Martins (2020), partindo de um conjunto de sete hipóteses, que depois de analisadas, consideram duas: **“criação da cidade nova em Santo André e a expansão conjunta de Santo André e Santiago do Cacém”**, (pp. 93-99) a decisão orientou para concentrar o 1º estabelecimento a sul da Lagoa”. (p.149)

A escolha do local exato de construção, teve em conta algumas variáveis, nomeadamente a localização do complexo industrial e do porto se situar a sul das zonas urbanas, por questões técnicas de natureza climática e de solos.

Segundo o Plano Geral da Área de Sines – GAS (1973);

1. Impõe moderar, como forma de o disciplinar, o crescimento que as atividades de construção terão seguramente tendência a induzir nas vilas de Sines e de Santiago do Cacém. Por outro lado, as decisões já tomadas (refinaria) e a que se propõe (o porto) representam solicitações a que importa corresponder com o início da criação do novo centro urbano.

2. Entendendo indispensável prestar relevante atenção ao elemento humano da zona e à necessidade de facilitar a fixação de trabalhadores...propõe-se a realização de um programa inicial . . . que inclui a habitação, serviços diversos e a criação de instalações para o comércio e a par a indústria ligeira, além do início de um complexo recreativo que preencha os tempos livres e seja, desde já importante motivo de atracção e índice de uma certa qualidade de viver. (GAS, 1973, p.117)

Ainda no mesmo documento podemos consultar o quadro resumo dos investimentos públicos, sendo uma estimativa a novembro de 1972, que demonstra o planeado a nível de equipamentos e serviços para o centro urbano de Santo André. O projeto segundo o Plano Geral da Área de Sines – GAS (1973), orientava para as duas fases na construção da Cidade Nova. Neste documento, dividido em duas fases, 1972-1975 e 1976-1979, existem referências para valores estimados do centro urbano (1972-1975) para equipamentos de Habitação, Saúde, Educação, Administração pública (edifícios do GAS), Equipamento cultural e religioso, Equipamento desportivo, Espaços verdes, Áreas Comerciais e Instalações para a Indústria ligeira. Isto para além das infraestruturas de base que contemplam também a Rede viária, o Abasteci-

mento de água, Saneamento e Energia elétrica. Para a 2ª fase de projeto (1976-1979) foi determinado um valor superior (3.735 mil contos para o período de 1976-1979, e 1.250 mil contos para o período de 1972-1975). (GAS 1973, p.24)

Referido anteriormente no Plano Geral de Sines – GAS (1973), previa-se a construção de uma Cidade com capacidade para 100.000 habitantes na década de 80, os constrangimentos sofridos pelo complexo espelham-se no número de habitantes que em 1981 na Cidade Nova de Santo André, era de 5.778 e em 1991 de 10.751 indivíduos.

## 2.2. Cidade como unidade funcional

... Santo André é a única experiência, entre nós e neste último quartel do século XX, da criação *ex novo* de um centro urbano associado a um projeto de desenvolvimento económico.

(Martins, 1987, p. 353)

O planeamento urbano segundo Boudeville (1963), assenta num trabalho que pressupõe uma filosofia orientadora, aliado à coordenação do trabalho de especialistas em várias áreas como arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas e paisagistas, para a construção do edificado e da área urbana, e técnicos sociais como políticos, economistas para a coordenação das atividades de administração do parque urbano. A construção de planos urbanos numa antiga aglomeração edificada, uma cidade em transformação ou uma cidade inteiramente nova será determinante para a dificuldade associada ao plano urbano a executar. Para Boudeville (1963), as cidades são diferenciadas conforme o conjunto de funções que assumem. A cidade moderna é caracterizada pela abertura a toda a economia, pelo seu papel na riqueza industrial e pela sua missão motriz de polarização de atividades, o desenvolvimento económico determina o crescimento urbano.

Nunes, J.P.S (2003), ilustrou o urbanismo e a arquitetura de habitação, como resultados de um projeto de construção social, impregnado de determinadas características, gerador de regras de utilização e ocupação, favorecendo permanências e exclusões. Segundo este autor a ocupação promove o encontro social que ainda que sujeito à programação arquitetónica. A construção social estará dependente das práticas de vivência do espaço, mediadas entre os habitantes (atores sociais) e os recursos e finalidades do espaço planeadas. Nesta perspetiva Nunes, J.P.S (2003),

A construção adquire desta forma a dimensão de uma actividade social, pois pode ser percepcionada como um processo, monitorizado e reflexivamente

controlado, de materialização de edificado no qual se antecipam utilidades, funções, símbolos e significações e se tomam como referências significativas preferências, relações sociais e comportamentos associados a uma pluralidade de domínios de acção e de actores . . . No caso da urbanização programada . . . está em causa a capacidade de modelar a acção urbana, de transmitir e criar um sentido e de capacitar a intervenção dos actores implicados na acção na cidade. (Nunes, J.P.S, 2003 p.105).

A cidade foi desde sempre o espaço concentrador da vida em comunidade, um espaço privilegiado de cidadania. A cidade pressupõe bem-estar social, económico e cultural. As cidades concentram a inovação, a cultura o desenvolvimento social. As cidades desenvolvem-se por uma necessidade humana grupal, criando laços e interligações que possibilitem e viabilizem a sua sobrevivência humana.

Com o objetivo primeiro de promover abrigo aos seus residentes, a cidade pressupõe o ato de habitar, que segundo Carvalho (2016) orienta para,

. . . a convergência do lugar, do sentido da posse, do reconhecimento e do regresso reiterado a esse lugar, capaz de gerar um hábito . . . o lugar onde se habita e que reflete o conjunto de condições geofísicas, sociopolíticas e religiosas. (Carvalho, 2016, p.13)

Assim, habitar, demarca um espaço doméstico onde a vida privada se desenvolve, designado por casa, espaço autonomizado do exterior. A identidade de um espaço individual que, no entanto, se partilha e pertence ao espaço coletivo.

A habitação traduzida na arquitetura do Movimento Moderno, reinventa a cidade, rompendo relações históricas e de memória. A célula habitacional vive em edifícios de maior dimensão, frequentemente organizados em bairros, organizando a cidade de habitar moderna numa escala física de cidade, bairro, edifício.

O conceito cidade segundo Rémy e Voyé (2004), reveste-se de um conceito descritivo, o real material é um conceito interpretativo invocando um conjunto de funções sociais. A cidade descreve-se por um espaço construído dominante, e interpreta-se pela dinâmica coletiva. A dimensão descritiva que permite a definição da realidade material, caracterizada pela densidade populacional, pelo edificado, por elementos arquitetónicos históricos (muralhas, centro histórico, monumentos), parques, praças, numa inter-relação onde se traduz a morfologia da cidade, e uma dimensão interpretativa que orienta para a função social da cidade, um lugar onde as relações confluem numa dinâmica coletiva. É um lugar onde vários grupos sociais partilhando o mesmo território atuam na estruturação do espaço social, favorecendo a atividade cultural através da formação de redes de relações.

Rémy e Voyé (2004), propõem a ambiguidade do conceito cidade, sendo um conceito descritivo enquanto descreve o espaço físico e um conceito interpretativo, enquanto interpreta o espaço social construído, desconstruindo a ideia de que habitar um espaço físico específico estará diretamente ligado a um único modo de intera-



ção e interdependência entre as funções sociais. O que os autores reconhecem é que viver numa cidade não está diretamente ligado a uma forma de relação social, e que se para uns a cidade traduz-se em anonimato, para outros ela favorece a desenvolvimentos e alargamento das redes sociais, e ainda outros se relacionam basicamente dentro da rede de vizinhança.

No seu trabalho *A cidade: Rumo a uma nova definição?* Rémy e Voyé (2004) dividem o conceito em “cidade não urbanizada” e “cidade urbanizada”. A cidade “não urbanizada”, centrípeta, baseada na cidade medieval, é a cidade que estrutura e controla as atividades internas, não rompendo nem se excluindo culturalmente do campo rural circundante. Organizada em bairros agrupados em torno de um centro, por definição histórica ligados a uma atividade ou profissão, consolidam o trabalho e a residência, que se desenvolvem a pouca distância, com atividades festivas próprias, o bairro consolida uma relação apertada e quotidiana entre a profissão e a atividade profissional e a família, sendo a deslocação para fora do bairro esporádica. Por outro lado, “a cidade urbanizada”, ligada a um pólo industrial, é caracterizada pela mobilidade espacial necessária dos seus habitantes, uma vez que a residência se estrutura em bairro residencial obrigando a uma deslocação quer para o trabalho, como para serviços, comércio e atividades de lazer.

Para Lynch (1960) “a cidade é uma construção no espaço, mas em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo” (p.11), para este autor a cidade decorre de um processo construtivo dos seus atores que modificam a estrutura, orientando para mudanças constantes de pormenor. Lynch (1960), “Não existe um resultado final, mas sim uma sucessão de fases”. (p.12)

Fortuna (2002) propõe uma mudança para o conhecimento sociológico sobre a cidade, alterando as bases epistemológicas e instrumentais de abordagem teórica, analítica e procedimental, construindo novas configurações, nomeadamente alterando o sentido da leitura que propõe que seja feita também de “baixo para cima” e “das margens para o centro”. O autor defende que a cidade democrática deverá ter o direito à diferença, à liberdade e à criatividade, reinventando políticas de participação cívica e garantia dos direitos de cidadania, orientando a sua visão também para uma reinvenção da arquitetura que, para além das preocupações estéticas e funcionais, deverá atender à relação “com o espaço, o tempo, os sentidos e as pulsões da cidade”, (p.129), defendendo a preocupação da precarização das condições de vida urbana, convidando a construir novas cidades criativas culturalmente e socialmente sustentáveis.

A cidade interpreta-se a partir das partes que a compõem, espaços compostos por diferentes populações oriundas de diferentes locais e com diferentes práticas culturais herdadas das dinâmicas históricas vivida, que regionalizam lugares reconhecíveis mais ou menos visíveis.

O conceito de Cidade Nova segundo Martins (2020), decorre de uma vontade política, é quase sempre associada à indústria, seguindo um conjunto de orientações

que promovem a adaptação do edificado urbano ao desenvolvimento económico e social.

Determinada a decisão de construção da cidade nova num espaço vazio de edificado, coberto de pinhal, onde a palavra de ordem era a função, importava planejar e construir a cidade que respondesse eficazmente às características e necessidades da população que a iria habitar.

A cidade viria a ser construída num espaço livre de elementos físicos edificados, a localidade que lhe dará o nome dista alguns quilómetros do espaço de construção composto maioritariamente por pinhal determina os pinheiros e a areia, os elementos físicos mais presentes, ainda nos dias de hoje estão presentes a cada olhar. Partindo destas referências, o centro urbano tornou-se também conhecido pelo *Areal*.

A cidade planeada parte de alguns pressupostos: como a população que a iria habitar – população em idade activa, com uma alta taxa de emprego que na sua maioria se deslocaria para o complexo industrial pouco distante. O plano contém assim a capacidade que prever as necessidades do perfil da população, que por ser jovem deverá promover equipamentos para a educação como prioridade seguinte à habitação.

No Plano Geral da Área de Sines (1973), podemos ler “Para além das tipologias e habitações de tipo corrente, foram consideradas formas de habitação coletiva para mão-de-obra celibatária e aumento-construção para as famílias já constituídas ...” (GAS, 1973, p. 92).

A freguesia de Santo André que vai incorporar a cidade, predominantemente rural, comportava uma densidade populacional muito baixa. Em 1970, a população residente era, na freguesia de Santo André<sup>5</sup>, de 2.058 indivíduos segundo dados do INE.

O projeto para o centro urbano foi rigorosamente estudado e o seu plano era indicador de grande desenvolvimento, não só económico como social. Inserido na zona rural, onde piscinas, cinemas e centros comerciais faziam parte do imaginário da população local, conhecidos apenas nas grandes cidades, a ideia de uma cidade cujo plano continha um conjunto de serviços culturais, de lazer e desportivos, era vista como um sonho realizado para a população local.

O Plano Geral da Área de Sines, GAS (1973), previa a construção de uma zona comercial com 3.000 m<sup>2</sup>, e um complexo recreativo que englobava piscina municipal, campo de golfe de 100ha, ginásio coberto e parque urbano. A nível da saúde propunha a criação de uma comissão instaladora de equipamentos de saúde de forma a tomar as providências necessárias para a criação de um centro hospitalar.

<sup>5</sup> Referente à zona rural (aldeia de Santo André e outros locais pertencentes à freguesia de Santo André)

## 2.3. Construção física da Cidade

---

O pressuposto em 1971, previa a construção de 25.000 fogos para albergar uma população migrante na ordem dos 100.000 habitantes.

O Plano Geral da Área de Sines (1973), orienta o planeamento do Projeto Industrial para Área de Sines promovendo as infraestruturas necessárias para o estabelecimento do investimento privado, de forma a estabelecer as condições necessárias ao investimento industrial projetado, promovendo a construção de um grande complexo industrial capaz de protagonizar os objetivos do III Plano de Fomento, nomeadamente a nível de desenvolvimento regional e na criação de um pólo de desenvolvimento na Área de Sines, passível de propagação deste desenvolvimento criando um *hinterland* que abrangesse uma considerável área no Alentejo, este documento prevê um investimento em ações de intervenção. Nomeadamente:

- Aquisição de terrenos para construção do complexo industrial, das infraestruturas e da cidade nova.
- Construção de Infraestruturas de base;
- Construção do Porto de Sines.
- Construção do Centro Urbano;

O projeto seguiu um percurso devidamente planeado, desenvolvido em diversas áreas de intervenção com vista à concretização dos objetivos gerais.

Segundo o Relatório de Execução (1974, p.17) do GAS, em 1973 foram adquiridas e contratualizadas propriedades rústicas e urbanas correspondendo a uma área aproximada de 5.278 hectares. Sendo esta a primeira ação de intervenção que permitiu a prossecução do projeto, nomeadamente o início da construção das infraestruturas e do edificado habitacional e social.

A construção de infraestruturas, iniciou-se imediatamente após a aquisição de terrenos, sendo que o Relatório de Execução (1974) do GAS, entre 1971 e 1973, foram desenvolvidos investimentos a nível de infraestruturas que permitissem a construção da Cidade Nova, elaborado o plano pormenor do 1º estabelecimento do Novo Centro Urbano, e já sinaliza projetos de construção iniciados e concluídos. Contempla este relatório para o Núcleo Urbano de Santo André, a sinalização de elaboração estudos e projetos para edificado destinado à educação, saúde, equipamentos cultural e religioso, equipamento desportivo (parque de campismo), infraestruturas, rede rodoviária, energia elétrica e iluminação, instalações para a indústria ligeira, administração pública, instalações hoteleiras.

Segundo os relatos auscultados, o primeiro bairro a ser construído foi o Bairro Azul ou Bairro das Coletivas, bairro destinado aos serviços, foi inicialmente utilizado em regime de habitação coletiva para os primeiros trabalhadores migrantes. Anteriormente existia um espaço de albergue, denominado Vila Mina onde se alojaram os trabalhadores da construção civil, e onde se serviam as refeições, aparentemente este espaço foi desmantelado na década de 80, altura em que se começou a movimentar o fluxo de residentes. Sem se ter conseguido nenhuma outra fonte, para além dos depoimentos dos pioneiros, sobre os primeiros espaços habitados, o que conseguimos recolher, aponta para o Bairro Azul como o primeiro bairro a ser habitado por trabalhadores, seguido pelo Bairro da Lagartixa (Atalaia) já por famílias. Ao mesmo tempo foram edificadas os bairros Atalaia Sul/ Empec, Bairro Pôr do Sol, Bairro dos Caixotes/Porto Velho, Bairro das Flores. Segundo os depoimentos recolhidos, os primeiros residentes, chegaram em 1975, e começaram a habitar os bairros da Atalaia e Flores e parte do Bairro Pôr do Sol.

O bairro das Flores é composto por unidades unifamiliares, em banda, com planta evolutiva, e com telhado plano sem telha de barro.



**2** - Vista aérea do Bairro Azul em Vila Nova de Santo André  
Autor não mencionado, [entre 1971 e 1980]  
PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000061. Imagem cedida pelo ADSTB



**3** - Vista parcial do Bairro Azul  
Paulo Chaves, década de 90 do séc. XX  
PT/MSTC/AMSTC/AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC



**4** - Construção do Bairro da Atalaia em Vila Nova de Santo André

Autor não mencionado, 1975

PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000005. Imagem cedida pelo ADSTB

Os bairros da Atalaia e Pôr do sol, caracterizam-se por uma arquitetura estranha à região. As casas unifamiliares apresentam vastos corredores exteriores de ligação, e os telhados também não incorporam a tradicional telha vermelha.



**5** - Construção do Bairro do Pôr do Sol em Vila Nova de Santo André

Autor não mencionado, 1980

PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000057. Imagem cedida pelo ADSTB.

O bairro dos Caixotes/Porto Velho, é constituído por blocos de cimento, com três andares e a sua configuração aparenta um caixote, pelo seu exterior minimalista e cor castanha.



**6** - Construção Bairro do Porto Velho em Vila Nova de Santo André

Autor não mencionado, 1977

PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000056. Imagem cedida pelo ADSTB



**7** - Vista parcial do Bairro do Porto Velho em Vila Nova de Santo André

Autor não mencionado, abril ou maio 1979

PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000058. Imagem cedida pelo ADSTB





**8 – Construção dos arruamentos no Bairro do Porto Velho em Vila Nova de Santo André**  
Autor não mencionado, 1980  
PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000059. Imagem cedida pelo ADSTB

Quando começaram a ser entregues às primeiras famílias, os fogos apresentavam imensas lacunas para uma vivência de quotidiano regular, segundo os depoimentos de alguns dos primeiros habitantes pioneiros, não estavam estabilizados os recursos mínimos de habitabilidade, nomeadamente, electricidade, água e arruamentos.

Os bairros projetados, seguiram as linhas de orientação à época para habitação social e hoje podemos observar semelhanças entre alguns bairros de Vila Nova de Santo André e os bairros de construção social da envolvente de Lisboa, Setúbal e Porto.

**Quadro 2 – Bairros (primeiro semestre de 1980)**

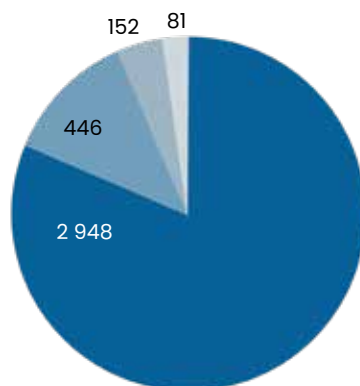
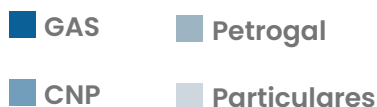
Número de Fogos Habitados 1º Semestre de 1980 por Bairro	
Bairros	Fogos
Atalaia (Lagartixa)	250
Atalaia (EM PEC)	208
Pôr-do-Sol	418
Porto-Velho	288
Flores	359
<b>Total</b>	<b>1523</b>

Fonte: GAS (1982a)

Segundo o relatório Condições de Vida – GAS (1983), sobre as condições de vida na área de Sines, a Cidade Nova de Santo André tinha construídos em 1983, 3.627 fogos, sendo 2.948 propriedade do G.A.S., 446 fogos pertencentes à CNP e 152 à Petrogal, e ainda 81 fogos a particulares trabalhadores da Petrogal, que construíram em terrenos cedidos em regime de direitos de superfície.

**Grafico 1 – Fogos Construídos Vila Nova de Santo André – 1983**

## Nº de Fogos contruídos em 1983 Vila Nova de Santo André



Fonte: Condições de Vida – GAS (1983)

Quando se iniciaram as obras de construção, o desenho atípico de alguns bairros no sentido tradicional, não se revê no registo de “casa” na memória dos indivíduos que os habitaram e habitam, necessitando de algum tempo para assimilar o emaranhado de rampas e corredores (bairros Atalaia e Pôr de Sol) que conduzem a cada apartamento, inspirados em modelos estrangeiros de cidades funcionais à indústria, em sintonia com espírito de bairro comunitário.

Os atores deste espaço físico e social vivenciaram momentos de grande desafio, de inseguranças e de incertezas que através de uma energia vital elevada e uma fé inabalável no futuro, conseguiram contornar com sucesso. A pressão dos constrangimentos políticos e económicos que balançaram a continuidade do projeto industrial, e os constrangimentos reportados pelos pioneiros, não colapsaram esta comunidade que ainda que se considere embrionária à época, já determinava uma vontade de cumprir o projeto de vida que tinha assumido.

No seu projeto inicial de urbanismo a cidade tinha considerado, consolidando o projeto inovador, uma área substancial de espaços verdes, jardins e o parque central.

Numa segunda fase de construção, alguns bairros continuam com o mesmo modelo de arquitetura a exemplo o bairro das Panteras que dá continuidade à característica “do corredor” de acesso ao espaço privado. Assim como o Bairro do Pinhal que brilhou pela sua beleza aquando da sua construção, também apresenta esta continuidade de acesso ao apartamento privado por extensos corredores comuns.





**9** - Vista parcial do Bairro das Panteras em Vila Nova de Santo André. Paulo Chaves, década de 90 do séc. XX  
PT/MSTC/AMSTC/AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC



**10** - Escola sita no Bairro do Liceu, com um edifício do Bairro das Panteras ao fundo. Autor não mencionado, [década de 80 do séc. XX?]  
PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000007. Imagem cedida pelo ADSTB.



**11** - Vista Parcial do Bairro do Pinhal em Vila Nova de Santo André Paulo Chaves, Década de 90 do séc. XX  
PT/MSTC/AMSTC/AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC

O bairro dos Serrotes foi assim denominado pela sua configuração terminar em serra, o bairro das Torres por ser o bairro com o número maior de pisos.



**12** - Vista parcial do Bairro dos Serrotes em Vila Nova de Santo André  
Paulo Chaves | Década de 90 do séc. XX  
PT/MSTC/AMSTC//AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC



**13** - Vista Parcial do Bairro das Torres em Vila Nova de Santo André  
Paulo Chaves, década de 90 do séc. XX  
PT/MSTC/AMSTC//AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC

Embora os migrantes da segunda fase (a partir de 1980) não tenham encontrado tantos constrangimentos e limitações como os pioneiros (entre 1975-1979), quanto à sua apreciação sobre o edificado, mantêm-se as posturas de estranheza e desagrado pela morfologia de alguns bairros e pelas lacunas que a cidade ainda apresentava a nível dos espaços públicos, nomeadamente a não construção de vias pedestres e arrumamentos mantendo-se a problemática de difícil contorno da areia em torno dos edifícios.



**14** - Construção do Bairro do Liceu em Vila Nova de Santo André. Autor não mencionado, maio 1979. PT-ADSTB-AC-GAS-17-001-0018-000054. Imagem cedida pelo ADSTB



**15** - Vista Parcial do Bairro do Liceu em Vila Nova de Santo André  
Paulo Chaves, década de 90 do séc. XX. PT/MSTC/AMSTC/AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC



**16** - Aspeto do Bairro do Pica-pau em Vila Nova de Santo André. Paulo Chaves, década de 90 do séc. XX. PT/MSTC/AMSTC/AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC



**17** - Antiga escola preparatória, atual EB n.º 1, sita no Bairro Pôr do Sol em Vila Nova de Santo André. Paulo Chaves, década de 90 do séc. XX. PT/MSTC/AMSTC//AL/CMSTC/F-A/002. Imagem cedida pelo AMSTC

## 2.4. Construção da percepção do espaço físico

Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos.

**(Lynch, 1960, p.57)**

A imagem que os indivíduos têm de um espaço, ou no caso de uma cidade, é a construção resultante de um conjunto de elementos percebidos e identificados, podem ser elementos físicos ou elementos de significado social, que se fundem numa imagem individual e pública.

Lynch (1960) classifica cinco tipos de elementos construtores da imagem urbana: vias, limites, bairros, cruzamentos e outros elementos marcantes. Sendo as vias os canais de movimento e de ligação, entre os demais elementos, os limites pressupõem as fronteiras da cidade ou interrupções na continuidade do edificado, os bairros são estruturantes e passíveis de compreender características de reconhecimento identitário para os indivíduos residentes, os cruzamentos, são o elo de ligação das vias e/ou bairros, fornecendo um elemento focal, nuclear e central, por último a fechar os cinco elementos classificadores de Lynch (1960), considera-se os pontos marcantes que se caracterizam pela sua especificidade, oferecendo uma imagem distinta entre o espaço que os incluem, constituindo assim um elemento com características que lhe permitem ser identificado e referenciado como ponto estratégico e diferenciado, podendo ser um elemento da natureza como uma montanha ou uma árvore ou um elemento edificado como uma torre, uma estátua, um chafariz ou um pelourinho. A Cidade Nova de Santo André não tinha preexistência de pontos marcantes.

A percepção do espaço físico na primeira fase, traduz-se através das inúmeras referências encontradas quer em documentos publicados quer através dos depoimentos na amplitude do espaço, da quantidade de areia incontrolável, da dispersão dos bairros, da estranheza pela sua arquitetura e, da falta de vias e meios de mobilidade e pela permanente construção dos bairros,

Não havendo à época postais ilustrados da Cidade Nova de Santo André, ou outras representações da cidade que ajudassem a construir uma imagem coletiva, a imagem individual circunscrevia-se ao acesso se possível às plantas do GAS e às vivências de cada um dos indivíduos.

Um estudo interessante desenvolvido pelo GAS, em 1982, foi o denominado Imagem da Cidade Nova de Sto. André – percebida pelos alunos das escolas. Neste, a auscultação da opinião e imagem da cidade nova foi direcionada ao olhar dos mais jovens, que à data concretizavam 21,6% da população com idades entre os 5 e os

14 anos, segundo o mesmo relatório, este estudo protagonizou o objetivo de perceber a imagem coletiva “Imagem da Cidade Nova de Santo André,” pelos jovens participantes nesta iniciativa, refletindo a forma como os mais jovens, sentiam, viam e utilizavam a cidade. Através deste estudo, que seguiu a linha de outros geógrafos e urbanistas que no início da década de 60, nos Estados Unidos, em Chicago e através da obra de Lynch (1960) “The Image of a City” utilizaram na sua investigação sobre a percepção do espaço.

Foi solicitado aos jovens que desenhassem uma planta da cidade. Estes jovens com idades entre os 8 e 12 anos, frequentavam as classes de 3º, 4º, 5º e 6º ano de escolaridade. Seguindo a classificação de Lynch (1960), foram referidos elementos morfológicos da cidade considerando, nós, bairros, vias, e pontos de referência, elementos desejados e elementos figurados. Também foram considerados elementos citados, através de composição escrita e os elementos figurados através do desenho da cidade.

Segundo Lynch (1960),

Todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações. Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. (Lynch, 1960, p.11)

Da análise do grupo de estudo sobre os esquemas desenhados, conclui que o espaço não é percebido uniformemente por cada criança, demonstrando a representação morfológica dos elementos da paisagem urbana dependendo da importância atribuída, que poderá depender do meio familiar em que estão inseridos. Existe um maior número de referências aos bairros, escolas e ruas, sendo as ruas representadas de forma caótica e sem identificação, espaços abertos entre os bairros e entre as casas. Sendo estes os elementos mais importantes para a construção da imagem do centro urbano. O bairro mais referenciado é o bairro da Atalaia, sendo a primeira área habitada, apresenta uma maior densidade populacional e existindo já alguns pontos de referência a nível de serviços e comércio. Como conclusão o grupo de trabalho sinaliza que os espaços de vivência diária são os que remetem para o seu maior conhecimento, nomeadamente os bairros e as escolas. São referenciados elementos desejados como locais de convívio e equipamentos, hotel, igreja, piscina, jardins públicos, bombeiros e um hospital, assim como árvores e espaços verdes.

Sobre a toponímia utilizada para os bairros, verificando-se que não são referidos da mesma forma. Os bairros que mantém coerência na sua denominação foram o bairro Azul e o das Flores. Para o bairro do Liceu também chamado bairro das Tabuinhas, os primeiros bairros – Atalaia e Pôr-do-Sol são também conhecidos por os nomes dos empreiteiros, Empec e A.C. O bairro da Atalaia também denominado bairro da Lagartixa, e o do Porto Velho também conhecido por o bairro da Engil (empreiteiro) ou Caixotes (tipo de construção). O bairro da Várzea é também conhecido



por bairro da Petrogal e no momento em que o estudo foi realizado, estavam em construção os bairros Pantera Cor de Rosa e Pica Pau Amarelo referenciados pela sua cor. Também o bairro de 98 fogos ficou conhecido pelas Torres. Esta questão advém da multiplicidade de nomes que foram sendo atribuídos aos bairros e pela falta de designações toponímicas iniciais e visíveis. A exemplo, o bairro do Liceu (por se localizar perto do Liceu), inicialmente conhecido pelo bairro das Tabuinhas (as portadas são em ripas de madeira). Os bairros Atalaia e Pôr-do-sol, serem denominados pelo nome dos empreiteiros, AC e EMPEC. O bairro da Atalaia ainda hoje, é conhecido pela Lagartixa, nome que julgamos ter razão pela grande quantidade destes animais aquando da construção do bairro.

As escolas ocupam um lugar de destaque nestas representações sendo interessante facto da escola P2 que foi a primeira a ser construída é designada já por “escola velha”. Os equipamentos recreativos são também pelos alunos identificados, os pavilhões e campo de Futebol do Estrela do Areal.

Podemos verificar a conexão entre os nomes que surgem espontaneamente quando há necessidade por parte dos indivíduos de referenciar lugares ou conjuntos edificados que não têm ainda denominação oficial. Assim no caso deste centro urbano, encontramos, denominações espontâneas ligadas aos bairros assentes em; pelo tipo de construção (Torres, Caixotes, Serrotes), pelo nome do empreiteiro que os construiu (AC, EMPEC ENGL), pelo nome da empresa que os construiu (CNP, Petrogal) e ainda pelas cores que habitam o imaginário (Pica Pau Amarelo e Pantera Cor de Rosa).

As referências ao edificado desenvolvem-se através do olhar de bairro, sendo o bairro o espaço central para cada um dos seus habitantes, o início da construção visual de pontos marcantes. As diferentes designações atribuídas aos bairros resultam frequentemente de significados visuais.

Quadro 3 – Designações dos Bairros.

Centro Urbano de Santo André – Designação dos Bairros		
Nomenclatura oficial dos bairros	Nº de fogos	Outras Nomenclatura
Bairro da Atalaia	250	Habitacões Evolutivas
		Bairro da Lagartixa
Bairro da Atalaia Sul	246	EM PEC
Bairro Azul	26	Colectivas
Bairro das Flores	359	344 + 15 Fogos
Bairro Horizonte	90	
Bairro do Liceu	186	192 Fogos
		132 Fogos
		Bairro das Tabuinhas
Bairro das Panteras	298	306 Fogos
Bairro do Pica-Pau	678	672 Fogos
		Ovos Estrelados
		Pica-Pau Amarelo
Bairro do Pinhal	400	Bairro Branco
Bairro Pôr-do-Sol	297	A.C.
		626 Fogos
Bairro do Porto Velho	288	Caixotes
		222 + 66 Fogos
		Engil
		Castanho
Bairro dos Serrotes	348	CNP
		350 Fogos
Bairro das Torres	98	Bairro da CNP
		Zona 11/13
Bairro do Várzea	100	Bairro da Petrogal
Bairro da Petrogal	s/d	Bairro do Várzea

Fontes: Banco de Dados – GAS – 1982 e Câmara Municipal de Santiago do Cacém 2019



Na mesma linha de estudo para além dos mapas mentais foram solicitadas às crianças composições sobre a Cidade Nova de Santo André. Nestas composições foram identificados pelos alunos os seus desejos futuros face à cidade, nomeadamente a identificação das ausências sentidas a nível comercial e equipamentos sociais, como farmácias, hospital, piscina, centros comerciais, parques infantis, cinema, bomba de gasolina, bombeiros, entre outros.

Deveras interessante a capacidade criativa e a facilidade com que os equipamentos adquirem “algunhas”. De facto, só muito mais tarde, já no séc. XXI termina o processo de toponímia, com a devida sinalização nas ruas, praças e avenidas.

Será em 2003 publicada a Postura de Toponímia e Numeração de Polícia para o Município de Santiago do Cacém através de Edital n.º 944/2003, publicado em Diário da República a 16 de dezembro de 2003, e é iniciado o processo de alteração da toponímia e numeração de polícia na Cidade Nova. Ainda que as ruas, avenidas e praças ganhem uma nova descrição, alusiva em muitos casos ao ambiente circundante (a exemplo, Rua da Maresia, Rua dos Caniços, Rua das Gaivotas, Rua dos Golfinhos, Passeio das Barcas, Largo das Giestas, entre outros), os bairros mantêm o nome pelo qual sempre foram conhecidos e continuam a ser as maiores referências de localização.

---

## 2.5. Avaliação do projeto

---

O GAS desenvolveu um estudo, lançando um inquérito à população Inquérito à Opinião sobre a Cidade Nova de Sto. André em 1982, registando como respondentes, aproximadamente 10% de população residente. Nesta época já existiam habitados os bairros da Atalaia, Pôr do sol, das Flores, do Porto Velho, do Liceu, e da responsabilidade da Petrogal o bairro da Várzea, um bairro de pré-fabricados.

Este inquérito consolidou questões referentes:

1. às razões de residência na Cidade Nova de Sto. André e respetiva continuidade.
2. à opinião sobre a Cidade Nova de Santo André
3. aos tempos livres da população da Cidade Nova de Santo André
4. sugestões e prioridades.

Para a questão número 1 a razão apontada para a residência é a empregabilidade na zona, com 82% de respostas, sendo que 13% ressaltaram o facto de não terem conseguido habitação em outro local da área de Sines. Sobre a mesma questão, mas para o fator continuidade, 75% dos inquiridos pretendiam continuar a residir na Cidade Nova, com 23% que não tinham a certeza, apenas 2% referiram a vontade de

sair. O argumento para a continuação na Cidade Nova é referido em 59% por questões de emprego e 27% por condicionalismos familiares nomeadamente o emprego do cônjuge, em 3º lugar com 17% é referida a questão do interesse pela Cidade Nova de Santo André.

Como conclusão a esta questão o presente relatório referiu:

- a maioria dos habitantes da C.N, nela se radicam porque têm emprego na Área de Sines e por esse motivo têm direito a uma casa distribuída através da empresa em que trabalham. Portanto a C.N., à partida, não atrai por si a maioria dos seus habitantes. Estes continuarão aí a viver enquanto os postos de trabalho se mantiverem suficientemente atractivos . . . a cidade ainda não tem excedente habitacional que permita absorver outro tipo de famílias ligadas a outras atividades e interesses não condicionados pelo mecanismo de distribuição das casas. (GAS, 1982c, p.7)

Quanto à opinião sobre a Cidade Nova de Santo André, nomeadamente sobre condições de vivência na cidade nova, e a existência de equipamentos sociais, 52% considerava os equipamentos escolares razoáveis, sendo, no entanto o único elemento considerado positivamente, já que o serviço de saúde contém 83% de respostas negativas e 77% de respostas também negativas para os pavimentos e arruamentos, 68% responderam negativamente para a oferta de comércio e serviços.

Para os transportes públicos a maioria das respostas enquadra-se no registo de mau com 52%, seguido de 41% de razoável, esta condição depende muito do bairro de residência, o ambiente social e a imagem da cidade consideram valores equivalentes maioritariamente considerados de maus com 54% das respostas, seguido de razoável com 38%.

Sobre as condições das casas na Cidade Nova de Santo André, os aspetos apontados como mais negativos foram; os acabamentos, com 71% de respostas em mau, a qualidade de construção com 56% de respostas negativas e a privacidade com 42%. Os indicadores considerados razoáveis foram o tipo de edifício com 49% de respostas, localização com 47% e a disposição das divisões com 40%. Os aspectos mais positivos sobre as condições das casas, sinalizados com bom vão para a localização do bairro com 42% e disposição das divisões com 26%. A questão da privacidade que nos parece particularmente interessante, é referida com valores negativos mais significativos nos bairros Atalaia e Flores.

O presente relatório considerou que embora existisse algum descontentamento com a cidade nova, foram referidas respostas de valor “razoável” e “bom”, sendo que os aspetos mais negativos consolidavam elementos como os arranjos exteriores e equipamentos comerciais e de serviços.

Os bairros que apresentavam mais queixas foram a Atalaia e o Pôr do Sol, sendo os bairros mais antigos e habitados primeiramente.

Ainda segundo as conclusões do relatório do GAS (1982c), a cidade à época não apresentava grande atratividade, mas não havia muitas alternativas para a habitação.

Este estudo também colocou uma questão sobre os Tempos Livres da população da Cidade Nova de Santo André, sendo referido pela maioria da população que o local onde passavam os fins-de-semana, era a própria Cidade Nova, com algumas saídas para “fora da área” ou Sines e Costa de Santo André. A leitura, assistir à televisão, praia, campismo e prática desportiva são as atividades referidas pelos respondentes. Já para as atividades desejadas são referidas o cinema e espaços de convívio.

Como sugestões e prioridades, foram referidas o comércio, serviços recreativos, arranjos exteriores, a saúde. Os equipamentos comerciais mais solicitados foram a farmácia e bomba de gasolina. A nível de serviços foi solicitado em maior número os arruamentos e iluminação pública, o hospital e centro de saúde. Como conclusão do relatório,

A crítica dos residentes de Sto. André mantém-se, quanto a nós, numa linha realista, ou seja, as pessoas pedem ou criticam os aspectos que mais as afetam e de que mais precisam sem exigir o que é dispensável neste momento. Noutra óptica, diríamos que o conjunto das opiniões e prioridades é o espelho das muitas carências da Cidade Nova, porque afinal, o que os residentes pedem em 90% dos casos é o que já devia existir. (GAS, 1982c), p.34)

O projeto de construção da cidade nova, previu as necessidades de equipamentos de saúde, educação, assim como outros equipamentos sociais dirigidos a atividades culturais e desportivas.

Conforme o Plano Geral da Área de Sines – GAS 1973, para a área da Saúde, estaria previsto a construção de um Centro de Saúde com capacidade para 20.000 pessoas logo durante a 1ª fase de edificação da cidade ou como descrito, no 1º Estabelecimento que iria de 1972 a 1975, sendo que entre 1976 e 1979 considerado o 2º Período de Investimento.

Para a educação o Plano Geral da Área de Sines – GAS 1973, propôs para o 1º Estabelecimento da população, 2 escolas pré-primárias, 1 escola primária, 1 escola preparatória e 1 escola técnica e ainda um centro de formação. Sobre a área da educação verificámos através dos dados obtidos neste trabalho e também pelos depoimentos, que a educação foi a área de maior investimento depois do edificado para a habitação.

Quanto aos equipamentos desportivos e culturais, o construído não seguiu o planeado, nomeadamente em relação à piscina e campo de golfe. Segundo o relatório Condições de Vida – GAS (1983) três dos equipamentos desportivos (Pavilhão Polivalente, Campo de Futebol e Pista de Atletismo) seriam da responsabilidade da Associação Cultural de Recreio e Desportos Estrela do Areal, associação que em 1982 contava com aproximadamente 1.600 sócios e que foi a primeira e mais representa-

tiva associação de desporto à época.

Em 1989 a Petrogal inaugura um pavilhão desportivo que concentra atividades desportivas e culturais.

No relatório Condições de Vida – GAS (1983), é referido nas conclusões que a conjuntura socioeconómica da Área de Sines apresentava à data, um conjunto de fraquezas no processo de desenvolvimento da Cidade Nova de Santo André, nomeadamente insuficiências na rede de equipamentos sociais e comerciais. Refere também a importância do associativismo e do apoio que deve ser dado às iniciativas associativas da comunidade, nomeadamente às associações existentes a par da relevância em construir um centro Cultural.

A afetação do património edificado alocado a serviços como escolas, serviços de saúde ou alojamento de funcionário públicos, e com a extinção do Gabinete da Área de Sines à vista, começa a ser legislada, passando este edificado para a responsabilidade dos ministérios respetivos. O restante edificado urbano é transferido para a responsabilidade do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).

A criação do GAS restringiu a autonomia dos Concelhos de Santiago do Cacém e Sines, principalmente a nível das questões urbanísticas e à alienabilidade dos terrenos. Em 1987 é publicado o decreto-lei n.º 155/87 de 30 de março, que devolve às duas autarquias as competências retiradas. São também afetos ao Município de Santiago do Cacém, outros constructos do GAS que não sejam do domínio Estatal, bem como terrenos.

O plano inicial do Projeto de desenvolvimento da área de Sines sofreu constrangimentos, descritos do anteriormente. Não obstante estes obstáculos que redimensionaram por baixo todo o projeto, pela consulta dos dados disponíveis e apresentados, podemos referir a importante estruturação do plano envolvendo todas as áreas de atuação e colocadas prioritariamente por ordem de necessidade. As alterações do contexto político e económico que se fizeram sentir, tiveram consequências de elevado impacto, que determinaram reajustes constantes quer ao projeto quer à Cidade Nova, levando a que no momento de povoar a cidade, as intervenções planeadas não estivessem plenamente satisfeitas.

**Quadro 4 – Número de Alojamentos  
Freguesia de Santo André 1970–2021**

<b>Alojamentos</b>	
<b>Freguesia de Santo André</b>	
<b>Ano Censos</b>	<b>Nº Alojamentos</b>
1970	935
1981	2.310
1991	4.588
2001	5.325
2011	5.881
2021	6.019

Fonte: INE – Censos 1970; 1981; 1991;  
2001; 2011; 2021

**Quadro 5 – População Residente  
Freguesia de Santo André 1970–2021**

<b>População Residente</b>	
<b>Freguesia de Santo André</b>	
<b>Ano Censos</b>	<b>Residentes</b>
1970	2.058
1981	5.778
1991	10.751
2001	10.696
2011	10.647
2021	10.309

Fonte: INE – Censos 1970; 1981; 1991;  
2001; 2011; 2021

Decorrente dos constrangimentos ocorridos durante a construção do Complexo Industrial e do Porto de Sines, que obrigaram a uma reformulação do mesmo na década de 80, também o projeto da Cidade Nova foi reformulado e foram reduzidas as expectativas tanto para o número de habitantes como para o número de alojamentos previstos.

O crescimento da cidade abrandou substancialmente acompanhando o abrandamento do investimento no projeto industrial, no entanto e embora exista um desvio substancial entre o planeado em 1971 e o realizado, a cidade demonstra um crescimento contínuo no tempo a nível de alojamentos e uma perda/estagnação de habitantes a partir 2001.

# 3. Fluxo populacional

## – Quem, como e porquê?

Os resultados dos Censos de 1981 mostram-nos que a população residente em Vila Nova de Santo André à data, apresentava uma expressiva diversidade na sua origem de naturalidade, sendo que a maioria nasceu no concelho de Santiago do Cacém, sendo 2.060 naturais do município de Santiago do Cacém, como se pode observar no quadro 6.

**Quadro 6 – População residente na freguesia de Santo André em 1981 por Naturalidade**

População Residente – 1981	
Freguesia de Santo André	
Naturalidade	Valores
Santiago do Cacém	2.060
Moçambique	548
Angola	483
Lisboa	451
Sines	129
Outros Locais	2.107
Total	5.778

Fonte: INE, censos de 1981

Podemos então verificar, (e assumindo que o valor poderá não exercer o rigor que gostaríamos, uma vez que à data dos censos, parte da população residente, poderia ainda ter o seu domicílio em outro local, ou no local de origem) que a maior percentagem de residentes é oriunda do próprio Município. Há que ter em conta que a origem (local de nascimento) não obriga a que mobilidade se dê exatamente nesse sentido, um indivíduo cuja naturalidade seja Lisboa pode ter sido deslocado de Moçambique, e portanto admitamos que o fluxo vindo de Moçambique e Angola pode conter números não representados nesta recolha, foi neste sentido que procurámos saber para os residentes na freguesia de Santo André (Cidade Nova) em 1981 qual era a sua re-

sidência em 1973 (ano disponível nas bases de dados do INE), de forma a considerar um valor mais próximo para as mobilidades de Moçambique e Angola. Importa salientar que os fluxos da Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor apresentam valores muito reduzidos segundo os dados do INE – Censos de 1981.

Dos 5.778 indivíduos residentes em Vila Nova de Santo André em 1981, fomos verificar a sua residência a dezembro de 1973, dando nota que devemos retirar ao valor total, 927 indivíduos que ainda não tinham nascido em dezembro de 1973.

Assim dos 4.851 residentes que nasceram antes de 1973, os números mais relevantes são os que residiam em 1973 no Município de Santiago do Cacém em número de 1.809, os residentes em Moçambique perfaziam 1.006 e os residentes em Angola contavam com o valor de 848. Migraram 130 indivíduos de Lisboa e 120 indivíduos de Sines. De salientar que em 1981 residiam na Cidade Nova, 927 cujo nascimento é posterior a 1973. E os restantes 938 residentes são oriundos dos mais diversos locais do país e do mundo.

**Quadro 7 – População residente na freguesia de Santo André em 1981, por local de residência a 31 de dezembro de 1973**

População Residente - 1981	
Freguesia de Santo André	
Residência 1973	Valores
Santiago do Cacém	1.809
Moçambique	1.006
Angola	848
Lisboa	130
Sines	120
Outros Locais	938
Não Nascidos	927
Total	5 778

Fonte: INE, censos de 1981

Assumindo o desvio exercido pela questão do não recenseamento no local de residência, o fluxo das ex-colónias para Vila Nova de Santo André é muito significativo, valendo 38% (excluindo os não nascidos a 1973) da população (mobilizados de Moçambique e Angola).

Podemos então verificar que há uma enorme diferença entre os valores dos naturais das ex-colónias e os que em 1973 lá residiam, consolidando os indivíduos que se movimentaram de Portugal para África e que a partir de 1974 voltaram a Portugal.

No seu trabalho sobre Migrações e Integração, Pires (2003, p.189), refere que cerca de meio milhão de Portugueses chegaram a Portugal durante o ano de 1975, vindos de Angola (61%) e de Moçambique (34%) representando quase de 5% da população à época. Pires (2003), demonstra como se distribuíram os indivíduos vindos das ex-colónias, referindo que o padrão terá sido condicionado pela necessidade de apoio familiar, sendo exceção a área metropolitana de Lisboa e a área do complexo Industrial de Sines, por via da oferta de trabalho.

No âmbito deste trabalho foi pedido aos entrevistados a que sinalizassem a motivação que os trouxe a residir na Cidade Nova, sendo apontado o trabalho como fator decisivo para o estabelecimento na cidade nova, os entrevistados referem sempre questões e percursos ligados ao trabalho e/ou habitação como fator principal, ainda para os que chegaram na adolescência quando se estabeleceram na cidade, têm como primeira razão o acompanhamento na decisão dos pais, mas esta decisão dos seus pais é desenvolvida pela questão da habitação e trabalho. Assim a relação Trabalho-Habitação torna-se a grande motivação para o fluxo entre os pioneiros da Cidade Nova, habitar onde há trabalho ou trabalhar onde há habitação.

---

## 3.1. Mobilização da população

---

Através dos depoimentos recolhidos e da informação consultada, podemos constatar que a cidade viveu duas fases diferentes de implementação e consequentemente duas fases de fluxos populacionais, proporcionando percepções e interações distintas na população migrante. Estas duas fases apresentam realidades diferentes, uma vez que os constrangimentos apontados pelos indivíduos, são diferentes consoante a data de sua chegada à cidade.

Organizámos a análise neste trabalho também repartida em dois períodos, projetando, no entanto, a data de início da Fase 1 a 1975, data de referência da chegada dos pioneiros à cidade. Esta repartição é pertinente pelas diferentes características e constrangimentos que a cidade apresentava aos residentes consoante a sua data de instalação.

- **Fase 1** – Momento em que a população começa a fixar-se, aliada a necessidades de consumo e de equipamentos sociais. Início da estruturação de linhas de organização social. Fluxos vindos de todo o país, e das ex-colónias. (1975-1979)
- **Fase 2** – Normalização do processo de fixação da população, estabilização do número de residentes. (1980-1986).

Aquando do plano inicial do projeto (1972), seria de prever que os habitantes do centro urbano, se mobilizassem predominantemente das regiões a sul e circundantes. Seria de prever a atração de técnicos especializados, pelas robustas oportunidades de desenvolvimento profissional oferecidas pelo complexo industrial.

Sem que esta perspetiva tenha sido gorada de todo, o fenómeno da mobilização dos trabalhadores, sofreu alterações uma vez que, analisados os dados disponibilizados pelos censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), uma considerável fatia da população que se mobilizou para a Cidade Nova terá sido oriunda de África,



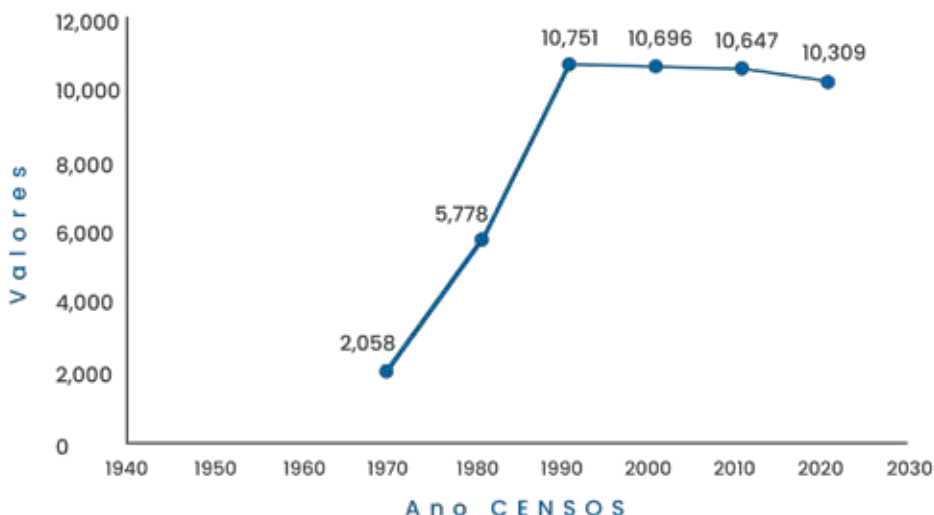
atraídos pela possibilidade real de reconstrução das suas vidas profissionais interrompidas pela descolonização, com a mais-valia de que para muitos indivíduos as suas vivências profissionais anteriores se conciliavam com experiências na indústria petrolífera.

Em 1981 o número de residentes sobe para 5.778, até 1991 a população aumenta para 10.751, invertendo seguidamente esta a tendência, pois verifica-se uma ligeira diminuição a partir desta data. Podemos então verificar que o maior fluxo migratório se deu numa primeira fase até ao início dos anos 80, continuando a crescer nessa década, para estabilizar em seguida nos anos 90, uma vez que a variação entre 1991 e 2021 é mínima e decrescente, tal como se pode verificar no gráfico 2.

**Gráfico 2 – Variação da População – Freguesia de Santo André – 1970-2021**

## Variação da População 1970 – 2021

### Freguesia de Santo André



Fonte: INE – Censos 1970; 1981; 1991; 2001; 2011; 2021

## 3.2. Início das dinâmicas sociais no espaço urbano.

Se a construção do espaço físico pode ser planeada, e executada, a construção do espaço social é obra relacional do indivíduo, seguramente decorrente das suas necessidades, o indivíduo organiza e organiza-se na expectativa da resposta ao seu bem-estar e felicidade.

O espaço social é a verdade invisível, não palpável, dinâmica, que organiza a estrutura da sociedade e as representações dos atores sociais no seu agrupamento. Os núcleos familiares que se mobilizaram para a cidade nova, apresentam na sua maioria a característica comum de serem trabalhadores assalariados na indústria, em idade ativa.

Partiu-se para a construção deste espaço social, com elementos determinantes como:

- Grupos populacionais heterogêneos (origens fisicamente e culturalmente diferentes)
- Espaço físico em construção (construção da cidade)
- Elevada oferta de emprego
- Grandes lacunas no acesso a equipamentos e bens necessários à vida quotidiana.

Percebendo-se como se desenvolveram as ligações entre os atores, sem recorrer a palavras-chave que pudessem influenciar os depoimentos esperou-se que os entrevistados reconhecessem as ligações entre os demais habitantes e a forma como foi edificada esta rede social. A sobrevivência física e social terá sido o objetivo orientador do movimento para a criação de vínculos para a génese da rede social. Os grandes constrangimentos vivenciados na Fase 1 de estabelecimento da população terá convidado a uma prática de intercâmbio de recursos, que permitisse o contorno e solução das carências vivenciadas.

As relações de vizinhança podem ser consideradas uma forma privilegiada de relacionamento inicial, sendo que o bairro se poderá apresentar como elemento centralizador de vivências nos primeiros anos da cidade. Os primeiros bairros a ser habitados, não protagonizavam uma opção de residência por relação de empresa, isso aconteceria mais tarde com a construção específica de bairros orientados para responder às necessidades dos trabalhadores da CNP e Petrolgal.

O bairro promove o sentido de pertença e identificação, o bairro reúne laços que neste estudo de caso comporta mais do que um desenho físico, uma vez que os bairros foram sendo habitados por indivíduos que em alguns casos partilhavam algumas características comuns, nomeadamente a empresa de trabalho ou local de origem.

Com uma população oriunda de diversos locais do território continental e regiões autônomas, dos fluxos provenientes de África aquando da descolonização, de que forma se organizaram e criaram relações estes indivíduos desconhecidos entre si, sem laços relacionais e sem referências de memória coletiva, uma estrutura que minimize constrangimentos e a maximize recursos.

Numa perspetiva analítica, procuramos perceber como decorreram as dinâmicas sociais entre a população, no desenvolvimento de condições de habitabilidade e sociabilidade neste espaço urbano, nos momentos iniciais de ocupação deste espaço, deserto de muitos dos recursos básicos como é referido na informação recolhida.

De que forma se organiza a comunidade na estabilização da vida quotidiana, respondendo às motivações inatas do ser humano, para além das suas necessidades básicas de saúde, alimentação, habitação trabalho, a comunicação, a organização de grupos, de atividades. Promovendo práticas de relacionamento, de ocupação de tempos livres, como o desporto ou atividades de lazer e cultura.

Uma das questões que se coloca sobre a particularidade dos bairros pioneiros é se o espaço físico edificado, desenvolvido numa filosofia arquitetónica modernista revestida de neutralidade terá orientado para a sociabilidade de bairro? Esta arquitetura terá valorizado a construção do espaço social? Estreitando laços nos movimentos quotidianos? Se o espaço físico da cidade cuidadosamente planeado, foi o desafio para os urbanistas pela ausência de elementos físicos estruturantes da imagem da cidade, terá sido igualmente a construção do espaço social para os seus habitantes um poderoso desafio. E se a construção do edificado se orienta por um projeto, mais ou menos controlável, a questão social não seguiu uma planificação à medida, fruto da diversidade não planeada dos pioneiros.

Construir um espaço social terá, pois, sido um exercício de criatividade e inovação e um desafio para os residentes que tiveram a importante oportunidade de o edificar à sua medida.

Na denominada Fase I de estruturação social da cidade entre 1975-1979, as dinâmicas sociais organizaram-se em torno de relação de vizinhança e em torno da Igreja através dos atores Padre Amadeu e Padre Manuel Malvar, que segundo os testemunhos dos pioneiros, assumiram um papel de dinamização de grupos e atividades culturais e desportivas que enraizaram através da criação da primeira associação mencionada O Estrela do Areal.

Segundo os testemunhos recolhidos, para os pioneiros, a estruturação do espaço social desenvolveu-se naturalmente e predominantemente através das ligações de vizinhança.

Se o fator trabalho é considerado o motivo principal dos fluxos migratórios em direção à cidade nova, no caso do desenvolvimento da rede de relações o elemento vizinho configura-se como determinante na configuração inicial das suas relações. A igreja e o associativismo são referidos pelos entrevistados como elementos privi-

legiados para o desenvolvimento da sua rede de relações.

A cidade polinucleada, é composta de bairros e cada bairro vai construindo a sua identidade com base em elementos que o definem, não só elementos físicos (Bairro dos Serrotes, Bairro das Tabuinhas, Bairro das Panteras, Bairro dos Caixotes entre outros), mas também construídos por referência à origem da maioria dos seus moradores ou por referência aos seus construtores, (Bairro da Petrogal, Bairro da CNP, Bairro ENGIL, Bairro da EMPEC).

Contando com escassos recursos, e sem elementos históricos ou outros que lhe servissem de suporte, a rede social ergueu-se com as fundações dos tempos que corriam, com harmonia da paisagem e com a juventude da população, juventude que transporta sempre uma admirável força de construção, criatividade e inovação.

O já anteriormente mencionado estudo sobre as Condições de Vida – GAS (1983), também se debruçou sobre a situação dos Equipamentos Coletivos da área de Sinés, refere o estudo a existência de oito equipamentos de desporto, sendo que três eram da responsabilidade da Associação Cultural de Recreio e Desportos “Estrela do Areal”. Estes eram, um pavilhão polivalente, um campo de futebol e uma pista de atletismo. Outros cinco equipamentos estavam integrados nas escolas primárias, sendo um ginásio e quatro campos de jogos. Segundo este documento a associação “Estrela do Areal” contava à época com cerca de 1.604 sócios inscritos, demonstrando o interesse e importância que esta associação teria na cidade. Esta associação, a mais antiga da Cidade Nova teria um trabalho essencial no desporto, e na ocupação de tempos livres dos jovens, com cerca de 650 atletas nas diversas modalidades desde a ginástica, patinagem, hóquei, basquete, dança, jazz, futebol de salão. Teria ainda uma secção de columbofilia que entrava em concursos nacionais, uma escola de música e filatelia. A equipa de hóquei encontrava-se a jogar na 2ª divisão.

Segundo o mesmo relatório, existiam ainda mais três clubes desportivos;

- O Moto-Club de Santo André, constituído em 1982, de ação exclusivamente desportiva, abrangia atividades como atletismo, tornei de tiro, corridas de patins, pesca desportiva e provas de motociclismo.
- Club Ténis de Sto. André, constituído em 1983, com atividades de torneios e escola de ténis.
- Aero Club de Sto. André, constituído em 1983, cuja atividade encontrava-se dependente da existência de um aeródromo, no entanto já tinha desenvolvido uma sessão de saltos e demonstração de aeromodelismo.

Quanto a associações de carácter social, o Lyons Clube de Santo André, constituído em 1981 como associação de solidariedade social. À época já tinha realizadas algumas atividades como um circuito de manutenção, feira do livro, Rally mini-puzzle. Bem como desenvolveu atividades de ATL suportadas pela Segurança Social.

O corpo Nacional de Escutas, constituído ainda em 1978, contava na altura com 100 escuteiros, grupo ligado à paróquia de Santa Maria.

A nível de associações políticas e sindicais, existia com delegação aberta em 1983, o sindicato dos Químicos do Sul.

A Paróquia de Santa Maria, pertencente à Diocese de Beja, contava com três padres missionários. À época integrava atividades como catequese, com 400 crianças, trabalho com grupos de jovens, que desenvolviam como monitores cursos de instrução primária noturnos, cursos de cristandade para adultos, recolha de donativos para a Caritas, e atividades de tempos livres ATL. A Paróquia de Santa Maria tinha como atividades planeadas entre outras a construção da Igreja, e com o apoio da Secretaria do Estado da Família o desenvolvimento de atividades de apoio à família, segundo o relatório Condições de Vida, desenvolvido pela Divisão do Plano Diretor do GAS em 1983 orientava para apoio às associações, nomeadamente através de cedências de espaços físicos, bem como para a construção do centro cultural.

Previstos a nível de desporto encontravam-se o Parque Desportivo Ocidental (Periurbano) que seria um Complexo Desportivo de nível sub-regional e o Parque Desportivo Oriental (Periurbano) destinando-se essencialmente aos residentes da Cidade Nova e ainda uma Piscina Descoberta. A nível de equipamentos de cultura e recreio, à época o “Estrela do Areal” era o principal promotor de atividades deste género, com sede no Bairro Azul desenvolvia a sua atividade num pavilhão na ZIL.

Foram organizadas várias atividades com vista à angariação de fundos, quermesses, festas, coletas porta a porta, sorteios para a construção da Igreja. Aquando a inauguração da Igreja o Leme publica um artigo do Padre Manuel Malvar:

*A persistência de tanta gente heroica desta terra que perseverou teimosamente nesta caminhada, ao longo destes 10 anos, mesmo quando não se via o fundo do túnel, lutando contra ventos e marés, indiferente às críticas... (Padre Manuel Malvar. O Leme nº 153 de 1993., p.3)*

Outro elemento fundado pela paróquia com importância vital no desenvolvimento do espaço social é o jornal O Leme, publicação periódica continua desde maio de 1984, data de lançamento do nº 0, o jornal incorporou desde sempre notícias das duas cidades vizinhas, Santiago do Cacém e Sines.

*Dedicar algumas palavras ao Leme pelos seus 30 anos de vida não é tarefa fácil. Recuando no tempo, vêm-nos à memória outros tempos, marcados por peripécias e aventuras de quem vivia um tempo de “pioneirismo”, onde quase nada se tinha e o que se queria fazer era muito, em prol do bem de uma população crescente cujos direitos e condições de vida urgia defender. <https://jornaloleme.pt/sobre/historia/> - 05.11.2023*

O grande impulsionador e diretor do jornal durante muitos anos, foi o Padre Manuel Malvar, sendo que, no entanto, outros nomes se juntaram a esta iniciativa. Como

reportado no site do jornal, este iniciou a sua atividade ainda não havia distribuição de correio, sendo o jornal entregue porta a porta pelos paroquianos. Podemos ler no site do Jornal O Leme:

*Hoje o Leme tem 30 anos, chegando a Santo André, o que vimos não nos leva a adivinhar o que ali então se viveu. A vida polua nas ruas, o seu traçado moderno entrecortado pelo verde, fazem-nos sentir num espaço único, já diferente, mas que respeita a “lagartixa”, “as panteras”, “os pica-paus”, a génese do que se vive, descobre-se no então vivido! <https://jornaloleme.pt/sobre/historia/> - 05.11.2023*

A Cidade Nova, é fruto do objetivo que propõe suprir as necessidades de instalação e de serviços da população migrante ao abrigo do Complexo Industrial de Sines. Redimensionado que foi o projeto industrial, teve repercussões também a nível no dimensionamento da cidade.

O concretizado ficou muito aquém da expectativa planeada em 1971, em 1982 no relatório Condições de Vida – GAS (1983), é feita uma referência a esta realidade face ao planeado “a Área de Sines dificilmente atingirá o lugar que deveria ocupar relativamente ao Alentejo”. . . (p.184) “ dificilmente a Cidade Nova de Santo André, poderá encabeçar uma rede urbana litoral, capaz de competir com a polarização interior do Sul do país”(p.185).

A cidade que seguiu um modelo de construção ancorado ao modelo de desenvolvimento por pólos de atração, e com uma meta de 100.000 habitantes, vê por conta dos constrangimentos já anunciados, uma redução drástica deste valor, consolidando-se a partir de 1991 com aproximadamente 10% da população planeada.

Com atrasos em relação ao planeado em termos da construção do edificado e implementação de equipamentos sociais, com a redução de investimento e a supressão de edificado e de equipamentos sociais, a cidade passou por fases de maior e menor investimento, sendo que atualmente se protagoniza junto com as cidades vizinhas de Santiago do Cacém e Sines como um dos vértices deste triângulo urbano. Com uma população de valores próximos das cidades circundantes, (Sines e Grândola) e maior do que a cidade sede do Município (Santiago do Cacém), a cidade de Vila Nova de Santo André é um espaço de arquitetura moderna, singular na sua génese e morfologia, com valores populacionais que não destoam das cidades limítrofes. Segundo os depoimentos recolhidos, a cidade à força das suas vivências é um espaço vivo do qual renitentemente os seus habitantes fixados há mais tempo, têm dificuldade em sair, contrariando as iniciais expectativas de retorno aos locais de origem, principalmente para os oriundos do continente.

Quadro 8 – População Residente nas Cidades Limítrofes a Vila Nova de Santo André

População Residente nas Cidades Limítrofes a Vila Nova de Santo André				
	Vila Nova Santo André	Grândola	Sines	Santiago do Cacém
1970	2 058	10 026	7 150	6 088
1981	5 778	10 519	12 075	6 776
1991	10 751	9 357	11 253	6 039
2001	10 696	10 361	12 461	7 274
2011	10 647	10 657	13 107	7 603
2021	10 309	10 302*	13 109	7 892**

\*União de freguesias Grândola e Santa Margarida da Serra

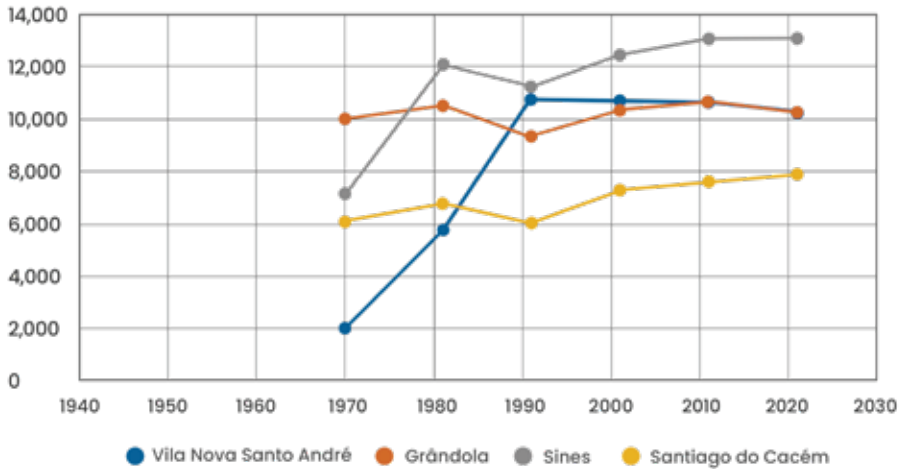
\*\* União de freguesias Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu

Fonte: INE – Censos 1970; 1981; 1991; 2001; 2011; 2021

## Variação da População

### Cidades Limítrofes a Vila Nova de Santo André

Gráfico 3 – Variação da População Cidades Limítrofes a Vila Nova de Santo André



Fontes: INE – Censos Fonte: INE – Censos 1970; 1981; 1991; 2001; 2011; 2021

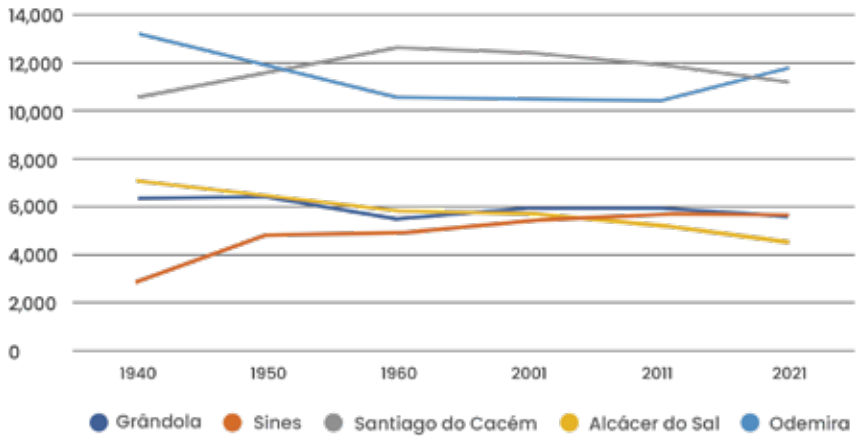
Quadro 9 – Evolução da População Municípios 1970 – 2021 Alentejo Litoral

Municípios Alentejo Litoral – NUT III						
	Total NUT III	Grândola	Sines	Santiago do Cacém	Alcácer do Sal	Odemira
1970	100 138	15 941	7 150	26 229	17 750	33 068
1981	103 141	16 042	12 075	29 191	16 370	29 463
1991	98 519	13 767	12 347	31 475	14 512	26 418
2001	99 976	14 901	13 577	31 105	14 287	26 106
2011	97 925	14 826	14 238	29 749	13 046	26 066
2021	96 442	13 822	14 198	27 772	11 112	29 538

Fonte: INE – Censos 1970; 1981; 1991; 2001; 2011; 2021

## Evolução População Municípios 1970 – 2021 Alentejo Litoral

Gráfico 4 – Evolução da População Municípios 1970–2021 – Alentejo Litoral



Fonte: INE – Censos 1970; 1981; 1991; 2001; 2011; 2021

A nível do Alentejo Litoral o Município de Santiago do Cacém e o de Sines, são os únicos em que podemos observar em 2021 valores da população superiores a 1970.



# 4. Seminário Cidade Nova 2030

## O Futuro de Vila Nova de Santo André

Em maio de 2018, foi organizado um Seminário, através de uma parceria entre a Universidade de Évora, o CICS.NOVA.UÉvora e a Junta de Freguesia de Santo André, com o intuito de uma reflexão orientada para as potencialidades e fragilidades da cidade com o objetivo não só de descrever o que hoje é a cidade planeada, mas perceber de que forma os residentes a consolidam, e também as perspetivas dos representantes das diversas entidades locais, regionais e nacionais/governamentais.

Não sendo possível abranger todas entidades que mereceriam a nossa atenção, nomeadamente outras associações desportivas e culturais, bem como as principais empresas do complexo industrial, optámos por uma representatividade o mais fiel possível à diversidade de atores.

Este seminário foi constituído por representantes das entidades promotoras do desenvolvimento da cidade, nomeadamente representantes do poder local, representantes das instituições de educação, e formação profissional, organizações não-governamentais de apoio social e associativismo cultural, bem como o representante do parque industrial de Sines. Estes oradores foram escolhidos pelo seu envolvimento e conhecimento do território, e por isso foram considerados informantes privilegiados. O debate foi aberto à população em geral, mediante uma inscrição prévia.

O Seminário, foi desenvolvido com os seguintes objetivos:

Objetivos:

- Refletir sobre o ambiente socioeconómico presente e as perspetivas futuras de desenvolvimento.
- Percecionar as potencialidades e fragilidades da cidade.
- Percecionar as expectativas dos diferentes atores sociais sobre o futuro da cidade.
- Contribuir para a reflexão Vila Nova de Santo André em 2030 – Que Futuro?”

## Que Cidade Nova?

Para uma reflexão sobre o caminho futuro da cidade, importa contextualizar inicialmente a suas fragilidades e potencialidades, na medida objetiva de minimização das primeiras de maximização das últimas.

Através da recolha de depoimentos dos entrevistados e através do seminário “Seminário Cidade Nova 2030 – O Futuro de Vila Nova de Santo André” sobre a o futuro de Vila Nova de Santo André, consideremos em primeiro lugar a questão das fragilidades e/ou lacunas que a cidade apresenta.

Nesta abordagem, o que parece ser uma lacuna atualmente, ou o que seria importante desenvolver para a que a cidade seja um espaço físico e social atrativo e apelativo à mobilidade, estabilidade, crescimento de população, orientam para a necessidade da existência de um centro cultural com um auditório para cinema, escola de música, equipamentos sociais de apoio na velhice, como lares de idosos e apoio domiciliário, a requalificação do espaço público, e construção de habitação social.

A questão dos equipamentos sociais é fundamental na criação de novas respostas resultantes das alterações das necessidades da e das características da comunidade, nomeadamente a instalação de equipamentos sociais de resposta às necessidades das pessoas idosas.

Sobre o futuro da cidade foi feita a reflexão sobre constrangimentos originais da cidade a nível do planeamento; a cidade que está tão próximo do mar, mas não o suficiente para um desenvolvimento mais robusto do ponto de vista turístico, e a questão da via rápida que divide a cidade fraturando a imagem da cidade e criando uma barreira entre um lado da cidade e outro.

Quanto às suas potencialidades, a cidade protagonista do debate no Seminário Cidade Nova 2030 – O Futuro de Vila Nova de Santo André consolida as seguintes referências que se passam a apresentar:

### **Quanto ao espaço físico:**

- Localização no triângulo Sines, Santiago do Cacém, Vila Nova de Santo André
- O traçado urbano
- Proximidade com o mar
- A largueza dos espaços verdes (parque central)
- Património natural e ambiental com visão de futuro

### **Quanto ao espaço social:**

- Dinâmicas fortes no âmbito do associativismo local
- Riqueza da matriz socio cultural nesta população
- Diversidade da população (proveniência de outros locais do país e das ex-colónias)
- Articulação com os centros urbanos adjacentes numa relação urbana e rural única
- Relações de vizinhança
- Interesse genuíno e transversal desta população pelas iniciativas culturais que aqui emergiram
- Elevada sensibilidade da população para as ofertas culturais

Partindo da expectativa criada ao redor de Sines, com a previsão de importantes desenvolvimentos de investimento e expansão no complexo industrial, pretende-se um investimento na cidade a nível de infraestruturas e serviços básicos e de apoio, habitação (mais flexível, arrendamento), investimento na proteção civil e saúde, investimento na terceira idade, maior apoio ao empreendedorismo, investimento em turismo clássico e especializado virado para o potencial da região (mar, indústria, natureza) investimento na qualidade de vida e agenda cultural, valorização local e regional.

A nível do ensino regular a proposta vai no sentido de investimento em tecnologia, a exemplo nas áreas como engenharia aeroespacial, engenharia aeronáutica. Para a especialização da formação profissional constituem imperativos a aposta tecnológica nomeadamente na indústria aeronáutica, na especialização agrícola e na área das comunicações, investimento na formação comportamental como complemento *softskills*. Oferta da formação em estreita articulação com a procura dos mercados.

# 5. CONCLUSÃO

Com o objetivo de trazer à luz as dinâmicas sociais na construção de uma cidade de raiz, este estudo protagonizou uma população que construiu e desenvolveu a cidade nova de Vila Nova de Santo André.

Com uma metodologia múltipla, foram auscultados atores sociais que acompanharam a cidade desde o seu início e que hoje nela permanecem. Foram desenvolvidas entrevistas a alguns destes residentes e foi organizado um seminário para auscultar representantes de entidades e organismos que contribuem para as dinâmicas sociais e económicas da cidade, bem como a população em geral que nele participou nas discussões e reflexões geradas após as comunicações dos oradores.

Este estudo incidiu particularmente no percurso da cidade, e dos obstáculos e constrangimentos que sofreu relativamente ao plano inicial. Para tal foram consultados documentos de apoio à perceção do contexto histórico, social e económico, com enfoque principal nos primeiros anos de fixação da população na cidade.

De forma a avaliar o potencial e a expectativa dos atores face ao futuro da cidade, foram fundamentais as comunicações desenvolvidas pelos oradores convidados para o seminário. Daqui pudemos sinalizar pontos fortes e fracos, bem como as ameaças e potencial para o desenvolvimento da cidade.

Programado a partir do III Plano de Fomento (1968–1973), a construção de um grande complexo industrial, previa o desenvolvimento regional, baseado na linha difusionista de desenvolvimento económico e social, por criação de pólos de atração que levariam à propagação do desenvolvimento às zonas do hinterland concebido.

Seguindo a linha Europeia, Portugal que na época, recebia matérias-primas diretamente de Angola e Moçambique, (Rama Petróleo), assim como o minério de Aljustrel (Alentejo), pretendeu promover o desenvolvimento industrial, de forma a se tornar competitivo no espaço internacional. Nesta linha de desenvolvimento justificava-se também a construção de um grande porto de águas profundas para ancorar o tráfego comercial marítimo nacional e internacional, uma vez que o conflito Israelo-Árabe mantinha o Canal do Suez fechado, sendo o tráfego marítimo com origem na Ásia desviado para contornar África com destino à Europa. Neste contexto, e por decisão do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em 1971, foi criado um grupo de trabalho que ficou encarregue de desenvolver um estudo sobre a localização no país, de uma área de implementação de indústrias de base, que vem a ser decidida por Sines. Sines encontra-se posicionado estrategicamente tanto nacional

com internacionalmente, bem como apresentava as condições físicas favoráveis.

O Gabinete da Área de Sines (GAS), foi a entidade criada para operacionalizar o projeto. Com autonomia jurídica, administrativa e financeira, reportava diretamente ao Presidente do Conselho, e viria a ter como funções, a criação e implementação de uma área concentrada de indústrias de base, do terminal oceânico, e as infraestruturas de apoio, incluindo o centro urbano. A zona de atuação direta situava-se nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém. O Plano Geral da Área de Sines foi aprovado em 1972 e iniciou os trabalhos 1973, com a responsabilidade de definição estratégica das áreas portuárias, industriais e urbanas. Este investimento público definido no Plano Geral da Área de Sines – GAS 1973, previa garantir a logística indispensável para a construção de infraestruturas que permitissem o investimento industrial privado.

Iniciado o grande plano em 1970, trazia consigo um conjunto de premissas que se extinguiram ou se alteraram com as oscilações que o ambiente político e económico, internacional e nacional sofreu na década de 70 do século passado.

Partindo do pressuposto de construção de uma cidade em larga escala para alimentar o complexo industrial bastante ambicioso, a conjuntura política e económica internacional desencadeada pela crise de petróleo de 1973, e logo de seguida pelas alterações políticas nacionais, desencadeadas pela revolução de 25 de abril de 1974, o projeto sujeitou-se a constrangimentos que levaram a uma reprogramação substancialmente diminuída em relação ao projeto inicial, quer a nível do projeto industrial como do projeto urbano que lhe estava anexado. Assim, o projeto foi desenvolvido em duas fases, inicialmente seguindo o grande Plano Geral de Sines, a partir de 1972, sendo que começa logo em 1973 a sofrer o impacto dos constrangimentos descritos, e uma segunda fase em que o projeto é reformulado e replaneado.

O III Governo Provisório manteve o projeto, tendo os IV e V Governos Provisórios, nacionalizando a Banca, os Seguros e as Indústrias Básicas, revertendo o papel atribuído inicialmente aos investidores privados, nacionais e estrangeiros, na Área Industrial de Sines para o sector público. O Gabinete da Área de Sines é incorporado através do decreto-lei nº 682 – A/76 no Ministério do Plano e da Coordenação Económica, tendo continuado o trabalho de lançamento de empreitadas de habitação, saneamento básico, instalações portuárias, transportes e comunicações.

A mobilização dos migrantes para a cidade nova de Santo André, começou timidamente em 1975, aquando o início dos trabalhos dos projetos industriais. Os maiores fluxos repartiram-se em 1976-1982, com o início de produção das empresas constituintes do complexo industrial. Coincidente com a chegada da população oriunda de África por via da descolonização, foram integrados muitos indivíduos no complexo industrial até pelo facto de já terem adquirido experiência em fábricas de derivados de petróleo tanto em Angola como em Moçambique.

Segundo os censos de 1981, 38% da população residente tinha sido mobilizada de Moçambique e Angola, 37% oriundos do concelho de Santiago do Cacém, 3% oriun-

dos de outros países, 2% de Sines. 3% de Lisboa e 17% mobilizados dentro do continente e ilhas.

De entre os motivos apontados para a fixação por parte da população na Cidade Nova, apurámos através de entrevistas realizadas e da literatura consultada que o trabalho foi a principal razão, seguida do facto da Cidade Nova disponibilizar edificado para habitação.

A relação Trabalho-Habitação foi a grande motivação para o fluxo entre os pioneiros da Cidade Nova.

O desenvolvimento da rede social inicial terá sido impulsionado pela necessidade de sobrevivência num espaço físico e social, deserto de recursos comerciais e sociais, em dinâmicas de parcerias e intercâmbios orientados para os interesses e necessidades comuns.

Na denominada Fase 1 de estruturação social da cidade entre 1976-1979, as dinâmicas organizaram-se em torno de relações de vizinhança e em torno da Igreja.

Segundo os depoimentos recolhidos e a literatura consultada, podemos concluir que as redes de vizinhança foram fundamentais nos alicerces do espaço social. Concluímos que o elemento base físico estruturante da rede social, terá sido o “Bairro”, elemento aliás protagonista nesta cidade. O bairro apresenta-se como elemento estruturante físico e social.

A Paróquia de Santa Maria, pertencente à Diocese de Beja, contava com três padres missionários que assumiram um papel de dinamização de atividades culturais e desportivas protagonizando os movimentos associativos iniciais da Cidade Nova, bem como o desenvolvimento de um trabalho social orientado para as lacunas estruturais de equipamentos sociais sentidas.

Colocámos a questão sobre o espaço físico edificado, uma vez que foi projetado numa filosofia arquitetónica modernista, num espaço físico limpo de memória, organizado em bairros que valorizariam a organização das redes sociais.

O contexto físico e social da Fase 2, reveste-se de características diferentes, e a perspetiva dos residentes que chegam a partir de 1980 é bastante mais positiva do que os denominados pioneiros da Fase 1. A rede de infraestruturas começa a demonstrar a sua robustez e as queixas por falta de elementos básicos como a rede de energia e saneamento básico já não apresentam tanta frequência no discurso destes indivíduos. A configuração do edificado ainda provoca alguma admiração e estranheza, mas já é referido como positivo. Os arrumamentos e vias de circulação mantêm apreciações negativas, continuando o discurso do **pé na areia**, de forma a elucidar as lacunas a nível de arrumamentos e vias pedonais.

Duas grandes empresas do complexo industrial a promoveram a construção de bairros para alojar os seus trabalhadores e a segunda fase de construção ficou marcada por um edificado que aparentemente surgia com melhor qualidade, em

contraste com os primeiros bairros apontados com mais pontos negativos, nomeadamente ao nível de acabamentos e de falta de privacidade. As maiores dificuldades continuavam a sentir-se na disponibilização de serviços, tais como serviços de saúde, hospital, serviço de finanças, entre outros, obrigando os residentes a deslocações às cidades vizinhas, com o grande constrangimento da escassez de transportes públicos. A falta de espaços de culturais e de convívio foi sempre apontada como um elemento negativo.

Também para os mobilizados durante a Fase 2, o fator motor foi a relação Trabalho-Habituação, sendo igualmente sinalizadas as redes de vizinhança como principal fonte de relacionamento, de salientar, no entanto, que para os trabalhadores das duas grandes empresas do complexo, Petrogal e CNP, que habitavam os bairros construídos pelas mesmas empresas, os vizinhos eram também os colegas de trabalho.

O associativismo ganhou forma desde muito cedo e entre 1981 e 1983 foram constituídas três associações de desporto e uma associação de solidariedade social. A paróquia de Santa Maria prosseguiu o seu trabalho social e em 1978 já contava com um corpo Nacional de Escutas, começando a planear a construção de uma igreja que seria inaugurada mais tarde em 1993.

As dinâmicas que levaram ao encontro com outro, com os vizinhos, com os colegas, com os amigos, moveram-se em torno da necessidade de criar laços e um espaço de vivência. Cada elemento construído foi vivido e testemunhado por uma comunidade que insistiu em ficar, mesmo em momentos de difícil contorno.

Assente no modelo difusionista, defensor de que o desenvolvimento decorre da industrialização e urbanização, deslocadas para regiões desfavorecidas ou de baixa densidade, atraindo recursos externos à região, o plano de Sines projetou a construção de 25.000 fogos para acolher uma população prevista de 100.000 habitantes.

O projeto iniciou seguindo um percurso devidamente planeado, desenvolvido em diversas áreas de intervenção com vista à concretização dos objetivos gerais, nomeadamente, a primeira ação de intervenção foi contratualizar propriedades rústicas e urbanas com vista à construção das infraestruturas e do edificado habitacional e social, que se iniciou imediatamente após a aquisição dos terrenos. O projeto de construção da cidade nova, contemplou as necessidades de equipamentos de saúde, educação, assim como outros equipamentos sociais dirigidos a atividades culturais e desportivas.

Como anteriormente referido, o plano sofreu constrangimentos, obrigando a um redimensionamento por baixo todo o projeto. O projeto executado muito abaixo das expectativas iniciais nunca ultrapassou 10% dos valores planeados para a população. O número de alojamentos também ficou muito abaixo do expectável.

No que respeita aos equipamentos sociais, foi construído como previsto um centro de saúde e os estabelecimentos de ensino, sendo que os equipamentos de desporto

e culturais planeados não foram concretizados pelo GAS.

A cidade faz nos dias de hoje parte juntamente com as cidades vizinhas de Santiago do Cacém e Sines de um dos vértices deste triângulo urbano, com valores populacionais que não se destacam dos valores populacionais das cidades circundantes, Sines, Santiago do Cacém e Grândola. Para a NUT III - Alentejo Litoral.

As preocupações atuais dos atores participantes neste estudo, prendem-se principalmente na disponibilização de equipamentos sociais que respondam eficientemente às novas necessidades da população, resultantes do seu envelhecimento. Para o poder local a preocupação reflete-se na requalificação urbana e do espaço público.

A excelente localização geográfica da cidade, com a proximidade do mar e com um património natural potenciador de desenvolvimento turístico, aliado a uma comunidade idiossincrática aberta às iniciativas de promoção cultural e ambiental, sensível aos contextos artísticos, e com uma forte tradição em dinâmicas associativas protagoniza um contexto que permitirá encaixar projetos de desenvolvimento em áreas culturais, de desporto, o turismo, e ambientais.

A cidade que nasceu e cresceu ancorada ao grande projeto industrial, encontra-se agora a viver a sua idade madura, demonstrando através da sua população e dos seus atores sociais, a ambição de gerar o seu próprio espaço de desenvolvimento. A população atualmente transparece a preocupação de cuidar dos seus pioneiros e procura um desenvolvimento regional endógeno, tirando partido das características singulares da sua população e do enquadramento biofísico em que está inserida.





---

## BIBLIOGRAFIA

---

Alarcão, A. (1984). *Do Êxodo Rural à Atracção Urbana e às Transformações Sócio-Políticas daí decorrentes*. Lisboa: Souto.

Alberto, D.M.F. (2008). Modelos de Desenvolvimento Regional. In Leitão, J., Ferreira, J.M. & Azevedo, S.G. (Orgs). *Dimensões Competitivas de Portugal. Contributos dos Territórios, Sectores, Empresas e Logística*. Lisboa: Centro Atlântico, Lda.

Amaro, R. R. (1991). Lógicas de espacialização da economia Portuguesa. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10, 161-182.

Augé, M. (2005). *Os não-lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. (Miguel Serras Pereira Trad.) Lisboa: 90 Graus Editora.

Arendt, Hannah (2001). *A Condição Humana*. (Roberto Raposo Trad). Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. (Margarida de Sousa Lobo e Ana Valente, Trad.). Lisboa. Livros Horizonte.

Baleiras, R.N. (2014). *Território e desenvolvimento económico: falhas institucionais*. Publicação Ocasional do Conselho das Finanças Públicas (CFP) n.º 3/2014.

Baltazar, M.S. (2016). Anthony Giddens e a teoria da estruturação. *Desenvolvimento e Sociedade- Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais*, 1, 83-91.

Baltazar, M.S. (2018). Desigualdades Territoriais em Portugal: da conceptualização às políticas públicas de desenvolvimento regional. In Gomes, Sílvia; Duarte, Vera; Ribeiro, Fernando; Cunha, Luís; Brandão, Ana & Jorge, Ana. *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva*, (pp.233-258). V.N.de Famalicão: Húmus Editora.

Baptista, L.V (2001). Cidade e Políticas Sociais de Habitação. Armadilhas Conceptuais e Metodológicas. *Cidades – Comunidades e Territórios*. 71-81.

Baptista, L.V. (2003). Territórios, imagens e poderes. In Cordeiro, G.I, Baptista, L.V. & Costa, A. F. (Orgs.). In *Etnografias Urbanas*. (pp.35-42) Oeiras: Celta.

Baptista, L.V. & Nunes, J.P.S. (2010). Lisboa invisível. Reflexões sobre o trabalho de desocultação das dinâmicas micro-metropolitanas. In Dornelas, A., Oliveira, L, Veloso L., Guerreiro, M. D. (Eds). *Portugal Invisível*, (pp.53-73). Lisboa: Mundos Sociais.

Barca, F. (2009). *Na Agenda for a Reformed Cohesion Policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Brussels: Independent Report prepared at the request of Danuta Hubner, Commissioner for Regional Policy. Recuperado de [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/policy/future/barca\\_en.htm](https://ec.europa.eu/regional_policy/policy/future/barca_en.htm)

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. (Plínio Dentzien, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Lda.

Bauman, Z. (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. (Miguel Serras Pereira, Trad.) Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Bardin, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. (Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70.

Barata, Ó. S. (1975). A Emigração e o Êxodo Rural em Portugal. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 93, 37-69.

Barquero, A. V. (2007). Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. *Investigaciones Regionales*, 11, 183-210.

Belchior, M. V. (1960). Sobre Pólos de Desenvolvimento. Separata da *AGROS*, 2, 117-130.

Berger, P. L. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*. (Ernesto de Carvalho, Trad.) Lisboa: Dinalivro. 2ª edição.

Boneti, L.W. (2006). Significados e Modalidades de Laços Sociais Construídos no Meio Urbano, por Famílias Migrantes do Meio Rural, como Estratégias de Sobrevivência. In Balsa C. (2006). *Confiança e Laço Social*. (pp. 171-180). Lisboa: Edições Colibri/CEOS.

Bourdieu, P. (1986). *La Distinction – Critique Sociale des Judgements*. Paris: Édition de Minuit.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Algés: Difel.

Bourdieu, P. (1997). *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação*. (Miguel Serras Pereira, Trad.) Oeiras: Celta Editora.

Bourdieu, P. (2010). *A distinção: Uma critica social da faculdade do juízo*. (Pedro Éloi Duarte, Trad.) Lisboa: Edições 70.

Boudeville, J-R. (1963). *Les Programmes Économiques*. Paris: Presses Universitaires de France.

Boudeville, J-R. (1968). *L'Espace et les Pôles de Croissance*. Paris: Presses Universitaires de France.

Cabugueira, A. (2000). Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local.

Análise de alguns aspectos de Política Económica Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 103-136.

Caeiro, J. C. (2005). Economia Social: Conceitos, Fundamentação Teórica e Principais Desafios. *Intervenção Social*, 31, 65-83.

Caetano, M. B. (2008). *O Planeamento Regional em Portugal no Período do III Plano de Fomento*. Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Campenhoudt, L. (2003). *A introdução à análise dos fenómenos sociais*. (Eduardo Freitas, Trad.) Lisboa: Gradiva.

Capucha, L., Almeida, J.F., Pedroso, P., & Silva, J. A. V. (1996). Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 22, 9-27.

Carmo, R. M. (2014). *Sociologia dos Territórios. Teorias, Estruturas e Deambulações*. Lisboa: Mundos Sociais.

Carmo, A.D.A. (1980). Sines hoje: Que intervenção social? *Petrovisão*, 10.

Carvalho N. (1998). Observações sobre a elaboração da matriz de insumo-produto. *Pesquisa & Debate*, SP, Vol. 9, 2 (14), 139-157.

Carvalho, R. (2016). *A Cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Tinta da China.

Casanova, J.L. (1995). Uma avaliação conceptual do *Habitus*. *Sociologia - Problemas e práticas*, 18, 45-68.

Castañon, A.G. (2004). Construcionismo social: uma crítica epistemológica. *Temas em Psicologia da SBP*, Vol.12, 1, 67-81.

Castilho, J.M.T. (2000). *A ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Assembleia da República. Edições Afrontamento.

Castro, F. L. (Editor) (1979). *Sines e a Indústria Básica. 2º Encontro de Jornalistas Económicos promovido pela C.N.P.* Mira-Sintra – Mem Martins. Publicações Europa-América.

Certeau, M. (1998). *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes. 3ª Edição.

Charmaz, K. (2007). *Constructing Grounded Theory – A Practical Guide Through Qualitative Analysis*. London. SAGE.

Comissão das Comunidades Europeias *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – Tirar Partido da Diversidade Territorial*. (2008). Bruxelas: Author

Comissão para a Reestruturação das Ciências Sociais (2002). *Para Abrir as Ciências Sociais*. (Ângela Maria Moreira e João Paulo Moreira Trad.) Mem Martins. Publicações Europa América.

Cordeiro, G.I, Baptista, L.V. & Costa, A. F. (Orgs.) (2003). *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta Editora.

Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro*. Lisboa: Celta Editora.

Costa, F. M., (Coord.) & Falé, N. (1992). *Conflito Israelo-Árabe: Factos e Documentos (1897-1991)*. Lisboa: Fundação de Relações Internacionais.

Costa, I. (1980). Crise de habitação será ultrapassada em 1981. *Petrovisão*, 10.

Costa, J.S. (2016). Cinco décadas de políticas de desenvolvimento regional em Portugal. *Boletim Regional, urbano e ambiental*, 14, 73-81.

Cuche, D. (2003). *A noção da Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.

Cruz, M. B. (2013). *Teorias Sociológicas – Os Fundadores e os Clássicos. (Antologia de Textos) Vol. I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Deshaies, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Dias, R. & Matos, F. (2012). *Políticas públicas: Princípios, propósitos e processos*. Atlas Editora.

Dijkstra, L. & Poelman, H. (2012). Cities in Europe. The New OECD-EC Definition. European Commission.

European Commission (1999). *ESDP – European Spatial Development Perspective. Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*

Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities

Fadigas, L. (2015). *Urbanismo e Território: As políticas públicas*. Lisboa: Edições Sílabo Lda.

Ferrão, J. (2002). *Policentrismo e coesão territorial: um novo papel para as “regiões”?* S. João do Estoril: Principia.

Ferrão, J. (2003). *Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo*. publicado em: Portas, N.; Domingues, Â. & Cabral, J. (2003). *Políticas Urbanas – tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ferrão, J.(Coord.), Mourato, J., Balula, L. & Bina, O. (2012) *Regiões Funcionais, Relações Urbano-Rurais e Política de Coesão Pós-2013*. (Relatório Final).

Ferrão, J. (2014). *Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª edição.

Ferrão, J. (2016). O Território na Constituição da República Portuguesa (1976-2005). Dos preceitos fundadores às políticas de território do futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas, número especial*, 123-134.

Ferrão, J. & Paixão, J.M.P (Orgs.) (2018). *Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Ferreira, A.F. (2005). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1ª edição.

Ferreira, V. (2004). Entrevistas focalizadas de grupo: Roteiro da sua utilização numa pesquisa sobre o trabalho nos escritórios. *Actas dos ateliers do Vº congresso português de sociologia: Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e acção atelier. Teorias e metodologias de investigação*. Associação Portuguesa de Sociologia. 102-107

Figueiredo, A. M. (2002). As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional. In Costa, J. S. (Coord.) (2002). *Compêndio de Economia Regional*. (pp.477-509). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.

Figueiredo, A.M. (Coord.) (2008). *A Territorialização de Políticas Públicas em Portugal*. Relatório de Base. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP.

Formigo, A. (2016). Apreciações sobre *Habitus*. *Desenvolvimento e Sociedade*, 1, 57-67.

Fortuna, C. (Org.). (2001). *Cidade, Cultura e Globalização*. Lisboa: Celta.

Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais. Globalização: fatalidade ou utopia?* 63, 123-148.

GAS (1971). Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias Base. Gabinete da Área de Sines. Presidência do Conselho. Autor

GAS (1973). Plano Geral da Área de Sines. Gabinete da Área de Sines. Presidência do Conselho. Autor

GAS (1974). *Relatório de Execução – 1973*. Gabinete da Área de Sines. Autor

GAS (1978). *Habitação e população: resultados finais do inquérito de 1972*, Vol I Gabinete da Área de Sines. Autor

GAS (1982a). *Condições de vida na cidade nova de Santo André. Banco de Dados*. Presidência do Conselho. Autor

GAS (1982b). *Imagem da Cidade Nova de Sto. André – percebida pelos alunos das escolas. Banco de dados. Autor*

GAS (1982c). *Inquérito à opinião na cidade nova de Santo André, apuramento de resultados. Autor*

GAS (1982d). *Relatório do Conselho de Gestão: Exercício 1982. Gabinete da Área de Sines. Autor*

GAS (1982). *Impacto Regional do Projecto de Sines. José Luis Ferreira Mendes. Gabinete da Área de Sines. Presidência do Conselho. Autor*

GAS (1983). *Condições de Vida. Autor*

GAS (1986). *Relatório do Conselho de Gestão. Gabinete da Área de Sines. Autor*

GAS (1987). *Relatório do Conselho de Gestão. Gabinete da Área de Sines. Autor*

GAS (1988). *Relatório de Contas 1988: Extinção do GAS. Gabinete da Área de Sines. Autor*

Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 4ª edição.

Gomes, J.A., Garcia, J.M.B, Duarte, M.S & Gouveia, M.J.F (2017). The Economic, Social and Environmental Value of the Port of Sines, Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) and Zona Industrial Ligeira (ZIL) – an holistic approach. NOVA – School of business & Economics.

Gray, D.E. (2004). *Doing research in the real world*. London: SAGE Publications Ltd.

Granovetter, M.S. (1973) *The Strength of Weak Ties*. Johns Hopkins University – *American Journal of Sociology*. Vol. 78, 6. 1360-1380

Grefe, X. (1992) *Sociétés Postindustrielles et redéveloppement*. Paris: Hachete.

Grossetti, M. (2014) De dónde vienen las relaciones sociales? Un estudio de las redes personales en el área de Toulouse (Francia). *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales* – Vol. 25, 1. 1-18.

Guerra, I. (2003). *Polémicas e Modelos para uma Sociologia de Intervenção. Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 21-22.

Habitação: Mil e cem fogos até finais de 1979. (1978). *Petrovisão*, 1.

Henriques, J.M. (2003). *Avaliação em Programas experimentais: perspectivas da “avaliação realista”*. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4. Centro de Estudos Internacionais.

Hill, M. (2005). *Public Policy Process*. Harlow, England: Pearson Education Limited.

Inauguração da Igreja Nova de V.N. de Santo André (1993, segunda quinzena de

Novembro). *O Leme*, 152.

Inauguração da Igreja Nova de V.N. de Santo André (1993, primeira quinzena de Dezembro). *O Leme*, 153.

Jacobetty, J. (1978). Primeiro projeto habitacional da CNP em Santo André. *Petrovisão Ano I*, 2.

Jacobetty, J. (1979). Habitação em Sines. *Petrovisão Ano II*, 9.

Janeira, A. L. (1972). A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações. *Análise Social. Vol. IX (2º)*, 34, 370-399.

Jahnke, H-R (2011). *O conceito da compreensão na Sociologia de Max Weber*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Joas, H. (1999). Interacionismo Simbólico. In Giddens, A & Turner, J. *Teoria Social Hoje*. (pp.127-174). Gilson César Cardoso de Sousa (Trad). São Paulo. Editora Unesp.

Ketele, J.-M. e Roegiers, X. (1993). *Metodologia da Recolha de Dados. Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

Leal, R.G e Reis, J.R (Orgs). (2008) *Direitos Sociais e Políticas Públicas*. Desafios Contemporâneos. Santa Cruz: EDUNISC

Lefebvre, H. (2011). *O Direito à Cidade*. (Rubens Eduardo Frias, Trad). Centauro Editora. 3ª reimpressão – 5ª edição.

Leite, F. (2015). Raciocínio e procedimentos da Grounded Theory Construtivista. *Questões Transversais – Revista da Epistemologia da Comunicação. Vol. 3*, 6. 76-85.

Lemos, T. C (2012). A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIII*, 51-70.

Lessard-Hébert M., Goyette G., & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Maria João Reis (Trad.) Lisboa: Instituto Piaget.

Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. (Maria Cristina Tavares Afonso, Trad.) Lisboa: Edições 70, Lda.

Lopes, A.S. (2001). *Desenvolvimento Regional – Problemática, Teoria, Modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª edição.

Lopes, A.S. (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, 41-61

Lopes, C. (2013). *Como fazer citações e referências para apresentação de traba-*



*lhos científicos? Aplicação prática da normativa APA (2010,6ª Edição)*. Lisboa: ISPA

Luz, J. L. B. (2002). *Introdução à Epistemologia (Conhecimento, Verdade e História)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Mafta, F. & Silva, J. A. (2004). *Planeamento e Gestão do Território*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação e Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação.

Marques, A.P.S. (2010). Da Construção do Espaço à Construção do Território. *Fluxos & Riscos*, 1, 75–88.

Marques, T. S. (2007). Lagarteiro: Redes de Actores e Processos de Aprendizagem. *Inforgo*, Julho, 115–126.

Martins, G.C. (1987). Santo André, o planeamento de uma cidade sem história. *Povos e Culturas – A Cidade em Portugal: Onde se vive*, 2, 353–366.

Martins, G.C (2020). Santo André – Planeamento de uma Cidade Nova – Conceitos e Métodos. Lisboa. Caleidoscópio.

endes, J.L.F. (1982). Impacto Regional do Projeto de Sines – considerações e perspectivas. Gabinete da Área de Sines.

Ministério do Ambiente, do Território e do Desenvolvimento Regional (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Programa de acção*.

Monteiro, M.B., Lima, M.L. & Vala, J. (1991). Identidade social: Um conceito chave ou uma panaceia universal? *Sociologia, problemas e práticas*, 9, 107–120.

Moreira, A. (1997). *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina.

Morin, E. (2008). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 5ª edição.

Neto, P., Serrano, M.M. & Santos, A. (2016). Políticas Públicas, Cidades Criativas e Regeneração Urbana. Contributos para o Estudo do Valor da Plasticidade e Temporalidade dos Lugares. *UMPP Policy Papers*, 1. Évora: Universidade de Évora.

Nunes, J. M. (1968). *Política de desenvolvimento e o III plano de fomento*. Lisboa: Gabinete de Investigações Económicas.

Nunes, J.P.S. (2003). Estratégias Arquitectónicas, Táticas Habitacionais. In Cordeiro, G.I, Baptista, L.V. & Costa, A. F. (Orgs.). *Etnografias Urbanas*. (pp.103–117) Oeiras: Celta.

Nunes, L. P. (1992, dezembro 13). Santo André, entre a ficção de Sines e a paisagem do Alentejo – Subúrbio dos pinheiros. *Público*, 24.

OECD (2001). *OECD Territorial Outlook – Territorial Economy*. Paris: OECD Publica-

tion Service.

Oliveira, A. F. (2017). As Redes Sociais na Construção da Cidade Nova. In *Livro de Atas do 1º Congresso Internacional de Redes Sociais – CIREs*. Baltazar, S., Saragoça, J., Marcos, O.S., Fialho, J., Arco, H. (Orgs.). CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. 426–440.

Oliveira, H. (1979). O financiamento industrial. In *Sines e a Indústria Básica. 2º Encontro de Jornalistas Económicos promovido pela C.N.P.* (pp. 35–42). Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América.

Patrício, M. T. (1991). A Estratégia política e económica do Estado Português num pólo de crescimento – O Projecto Industrial de Sines. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10, 9–19.

Perroux, F. (1963). A ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo. (A. Sedas Nunes, Trad.). *Análise Social Vol. I*, 172–182. Lisboa.

Perroux, F. (1975). Nota sobre o conceito de pólo de crescimento. (M. Lago Barbosa, Trad.) In *Cadernos de Teoria e Conhecimento*, 6 (pp. 5–67). Porto. Rés limitada.

Perroux, F. (1987) *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. (L.M. Macaísta Malheiros, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pinheiro, M., Baptista, L.V. & Vaz M.J. (Orgs.) (2001). *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta Editora.

Pinto, A. (1979). Refinação – A Refinaria do Sul. In *Sines e a Indústria Básica. 2º Encontro de Jornalistas Económicos promovido pela C.N.P.* (pp. 115–136). Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América.

Pires, R.P. (2003). *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta.

Pires, R. P. (2012). O problema da ordem. *Sociologia, problemas e práticas*, 69, 31–45.

Ramos, I. J. (2017). Novas Leis, Antigos Problemas – 50 anos de Política Pública de Ordenamento do Território. *UMPP Policy Papers*, 2. Évora: UMPP, Universidade de Évora.

Rawls, J. (1993). *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença.

Reis, J. (1988). Território e Sistemas Produtivos Locais: Uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, (pp. 127–141). Coimbra: Centro de Estudos Sociais – CES.

Reis, J. (1996). As Territorializações do Desenvolvimento: Qual é a Escala de Observação Adequada? *Oficina*, 67, 1–19.

Reis, J. (2005). *Uma Epistemologia do Território*. Coimbra: Oficina do CES nº226.

Reis, J. (2015). Território e políticas do território: A interpretação e a ação. *Finisterra*, vol. 50 nº 100, 107-122.

Reis, P. & Baltazar, M.S. (2018). A problemática do desenvolvimentos e crescimento económico: revisitar conceitos, teorias e modelos. *Desenvolvimento e Sociedade – Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais*, 4.

Rémy, J. & Voyé L. (2004). *A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição*. (Trad. José Domingues de Almeida). Porto: Edições Afrontamento. 3ª edição.

Ribeiro, J. F., Fernandes, L.G. & Ramos M.M.C. (1987). Grande Indústria, banca e grupos financeiros (1953-1973). *Análise Social*, 99, 945-1018.

Ribeiro, R. (2014, 17 de agosto). Santo André. A Cidade que continua por fazer. *Público*.

Rocha, J.A.O (2010). *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*. Lisboa: Escolar Editora.

Santos, A. R. (1977). Desenvolvimento monopolista em Portugal (Fase I 1968-73): estruturas fundamentais. *Análise Social vol XIII* (1º), Nº 49, (pp. 69-95). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Santos, B. S. (1996). Um discurso sobre as Ciências. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, F.T. (2009). Resiliência Estratégica para um Desenvolvimento Regional Sustentável. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais nº20*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

Santos, M. & Baltazar, S. (2005). Experiências de Desenvolvimento Local na Região Portuguesa do Alentejo. *Working Papers – Documentos de Trabalho • Doc. 31*. Centro Internacional de Formação OIT.

Santos, S. (2014). *Mobilidade geográfica e desigualdades sociais: lugares e caminhos de investigação sociológica sobre território*. CIES e-Working Paper, 179/2014. Lisboa: ISCTE.

Schimdt, J.P. (2008). Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In Reis, J.R. & Leal, R.G. (Orgs.) (2008). *Direitos Sociais & Políticas Públicas. Desafios Contemporâneos. Tomo 8* (pp. 2307-2333). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.

Sarmento, C. M. (2005). Ciência política, políticas públicas e a emergência de novos conceitos políticos. *Intervenção Social*, 31, 11-44.

Serafim, M. R. (2004). Ética na Contemporaneidade – Ética e Serviço Social – O reconhecimento da condição ética dos cidadãos – um imperativo para o serviço social. *Intervenção Social*, 29, 25–52.

Serrão, J.M. (1982, Abril 16 a 30). Metalurgia do cobre e do zinco, Agro-Indústria e Indústria de Peças e componentes para automóveis – Novos sectores que encontram em Sines condições atractivas para a sua implantação. *Jornal de Tróia*, 1–3.

Serapioni, M. (2016). Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXI, 59–80.

Setton, M.G.J. (2002). A teoria do *Habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60–70.

Silva, A.C. (2005). Petróleo e Poder “A Luta pelo Petróleo”. *Revista de Relações Internacionais – R.I.*, 6, 4–18.

Silva, A. A. (1963). Êxodo Rural, Migrações e Desenvolvimento Regional. *Separata do Livro Alguns Problemas do Meio Rural*. Gouveia: Gráfica de Gouveia.

Silva, I.S., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26, 75–190.

Silva, S.A. & Santos, H. (2010). A transformação cultural de cidades médias, segundo os seus agentes culturais. *Sociologia, problemas e práticas*, 62, 11–34.

Simmel, Georg (1950). *The sociology of Georg Simmel*. (Kurt H. Wolff, Trad.). Glencoe, Illinois: The free press.

Simões, J.M. (2007). Ordenamento municipal e desenvolvimento local. *Inforgo*, 39–48.

Sousa, A. (1969). O desenvolvimento económico e social português: reflexão crítica. *Análise Social*, Vol. VII, 27–28, 393–419.

Sousa, G. (1979). Sines: que urbanismo? *Petrovisão Ano II*, 8.

Stake, R. E. (2016). *A arte da Investigação com Estudos de Caso*. (Ana Maria Chaves Trad.) Fundação Gulbenkian. 4ª edição.

Uriarte, U. M. (2017). Experiência e Gente nas Imagens da Cidade. *Iluminuras*. v. 18, 44, 284–311. Porto Alegre. Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais – NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS

Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, Vol. XXXII, 1, 7–29.

Veiga, A. J. M. (1967a). *Projeto de III Plano de Fomento para 1968-1973*. Comunicação aos órgãos de Informação, em 30 de Junho de 1967. Secretaria Nacional da Informação.

Veiga, A. J. M. (1967b). *Linhas Gerais do III Plano de Fomento para 1968-1973*. Entrevista concedida ao Diário de Notícias de 25 de Outubro de 1967 – Secretaria Nacional da Informação.

Veiga, F. F. (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora.

Velho, G. (2009). Antropologia Urbana: Encontro de tradições e novas perspetivas. *Sociologia, Problemas e práticas*, 59, 11-18.

Vilaça, E. (2001). O Estado da Habitação. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 3, 83-92.

Wirth, L. (2001). O urbanismo como modo de vida. *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*. Celta Editora (Fortuna C. Org.). 45- 65.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

## **Teses / Dissertações**

Campaniço, B. (2000) *Santo André – A Reconstrução de uma Identidade*. ISCTE, Lisboa.

Carreira, M. A. C. (2016). *A cidade nova de Santo André. Uma utopia urbana na Primavera Marcelista. Sines – indústria e estrutura portuária*. (Dissertação de mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa

Mendes, C. (2012). *Percursos de Integração, Identidade e Pertencas Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém*. (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais). Universidade Aberta.

Oliveira, A.F.B.S.C. (2020). *Cidade Nova – a construção social de uma cidade. Estudo de caso de um projeto de políticas públicas de desenvolvimento regional*. (Tese de programa de doutoramento em Sociologia) Universidade de Évora, Évora. <http://hdl.handle.net/10174/29964>

Ribeiro, B. (2016). *Sines: Indústria e estrutura portuária*. ISCTE-IUL (Trabalho projectual submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura). ISCTE-IUL, Lisboa.

Rodrigues, M. J. E. P. C. (1997). *O Preconceito no Conteúdo da Cidade: A Cidade Nova de Santo André no projecto estruturante de Sines*. (Tese de mestrado em Cul-

tura Arquitetónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna). Universidade Técnica de Lisboa.

## **Jornais**

Jornal O Leme nº0 de maio de 1984

Jornal O Leme nº1 de junho de 1984

Jornal O Leme nº 2 de agosto de 1984

Jornal O Leme nº 9 de março de 1985

Jornal O Leme nº 12 de junho de 1985

Jornal O Leme nº 14 de agosto de 1985

Jornal O Leme nº 17 de novembro 1985

Jornal O Leme nº 152 da segunda quinzena de novembro de 1993.

Jornal O Leme nº 153 da primeira quinzena de dezembro de 1993.

## **Legislação**

Decreto-Lei nº 24802, de 21 de dezembro de 1934. Obriga as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização. Diário do Governo n.º 299/1934, Série I de 1934-12-21. Ministério das Obras Públicas e Comunicações – Gabinete do Ministro.

Lei nº 1914 de 24 de maio de 1935. Promulga as bases relativas à reconstituição económica. Diário do Governo n.º 118/1935, Série I de 1935-05-24. Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 47344 de 25 de novembro de 1966. Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação – Revoga, a partir da data da entrada em vigor do novo Código Civil, toda a legislação civil relativa às matérias que o mesmo abrange. Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25. Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro.

Lei nº 2133 de 20 de dezembro de 1967. Promulga as bases em que o Governo promoverá a execução do III Plano de Fomento para o período compreendido entre 1 de janeiro de 1968 e 31 de dezembro de 1973. Diário do Governo n.º 294/1967, Série I de 1967-12-20. Presidência da República.

Decreto-Lei n.º 48905, de 11 de março de 1969. Define a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional. Diário do Governo n.º

59/1969, Série I de 1969-03-11. Presidência do Conselho - Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 49033, de 28 de maio de 1969. Institui, no Ministério das Obras Públicas, o Fundo de Fomento da Habitação, organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira - Extingue, a partir de 1 de Julho de 1969, o Serviço de Construção de Casas Económicas instituído junto da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pelo Decreto-Lei n.º 28912 e abate vários lugares nos quadros do Ministério das Obras Públicas. Diário do Governo n.º 126/1969, Série I de 1969-05-28. Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro.

Decreto n.º 49364, de 8 de novembro de 1969. Regula a constituição e funcionamento das comissões consultivas, regionais a que se refere o Decreto-Lei n.º 48905. Diário do Governo n.º 262/1969, Série I de 1969-11-08. Presidência do Conselho.

Decreto-lei n.º 576/70, de 24 de novembro. Define a política dos solos tendente a diminuir o custo dos terrenos para construção. Diário do Governo n.º 273/1970, Série I de 1970-11-24. Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de junho. Cria o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, destinado a promover o desenvolvimento urbano-industrial da respectiva zona. Diário do Governo n.º 143/1971, Série I de 1971-06-19. Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 8/73 de 8 de janeiro. Incumbe ao Fundo de Fomento da Habitação e às câmaras municipais a elaboração e execução de planos de urbanização de pormenor que visem a renovação de sectores urbanos sobreocupados ou com más condições de salubridade, solidez, estética ou segurança contra risco de incêndio. Diário do Governo n.º 6/1973, Série I de 1973-01-08. Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro.

Decreto-Lei n.º 93/75 de 28 de fevereiro. Revoga a competência transitoriamente delegada no Gabinete da Área de Sines, nos termos e com o âmbito do disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho, em determinadas áreas compreendidas dentro dos perímetros dos aglomerados urbanos de Sines, Porto Covo e Sonega, do concelho de Sines, e Santiago do Cacém e Sonega, do concelho de Santiago do Cacém, assim como nas áreas desses concelhos não abrangidas pela declaração de expropriação sistemática, publicada no Diário do Governo, 2.ª série, de 12 de Julho de 1973. Diário do Governo n.º 50/1975, 1º Suplemento, Série I de 1975-02-28. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-lei n.º 453/75, de 21 de agosto. Declara nacionalizada a partir de 10.07.1975 a Companhia Nacional de Petroquímica, S. A. R. L., dissolvendo os seus órgãos sociais e transferindo para o Estado a universalidade dos bens, direitos e obrigações que in-

tegram o seu activo e passivo, ou que se encontrem afectos à respetiva exploração. Prevê a nomeação de uma comissão administrativa para a referida empresa. Diário do Governo n.º 192/1975, Série I de 1975-08-21. Ministério da Indústria e Tecnologia.

Decreto n.º 683-A/76, de 10 de setembro. Orgânica do Governo. Diário da República n.º 213/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-09-10. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 487/80 de 17 de outubro. Reestrutura o Gabinete da Área de Sines (GAS). Diário da República n.º 241/1980, Série I de 1980-10-17. Ministério das Finanças e do Plano – Secretaria de Estado do Planeamento.

Decreto-Lei n.º 209-A/86 de 28 de julho de 1986. Extingue a CNP – Companhia Nacional de Petroquímica, E. P. Diário da República n.º 171/1986, 1º Suplemento, Série I de 1986-07-28. Ministério da Indústria e Comércio.

Decreto-Lei n.º 155/87 de 30 de março. Revoga o regime transitório do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de junho, na parte em que os seus efeitos não haviam cessado já por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/75, de 28 de Fevereiro (Gabinete da Área de Sines). Diário da República n.º 74/1987, Série I de 1987-03-30. Ministério da Indústria e Comércio.

Decreto-Lei 228/89, de 17 de julho. Extingue o Gabinete da Área de Sines. Diário da República n.º 162/1989, Série I de 1989-07-17. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto. Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Diário da República n.º 184/1998, Série I-A de 1998-08-11. Assembleia da República.

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro. Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. Diário da República n.º 222/1999, Série I-A de 1999-09-22. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000. Aprova o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. Diário da República n.º 112/2000, Série I-B de 2000-05-15. Presidência do Conselho de Ministros.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio. Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30. Assembleia da República

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro. Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro). Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05. Assembleia da República.



## **Sites**

Agência para o Desenvolvimento e Coesão I. P., Portugal

<https://www.adcoesao.pt/>

APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes

<https://sites.google.com/apai.org.pt/web/>

APS – Porto de Sines

<http://www.portodesines.pt/>

AvalPortugal – Associação Portuguesa de Avaliação

<https://avalportugal.wordpress.com/>

ILUMINURAS – Revista Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Especiais-

<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/75749/43152>

O LEME – Jornal Regional

<https://jornaloleme.pt/>

Portugal2020

<https://www.portugal2020.pt/content/avaliacao>

Porto de Sines

<https://www.portodesines.pt/>

Repsol

<https://sines.repsol.pt>

## **Documentário**

Marcelo Caetano – Presidente do Conselho de Ministros – 1972 – Documentário – Artes/Desenho Urbano – RTP.

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cidade-nova-de-santo-andre-parte-i/>

Ana Filipa Oliveira nasceu em 1966 em Coimbra.

Estudou Ciências Sociais, Serviço Social e Sociologia.

Aos seis anos foi viver para Santiago do Cacém onde passou a infância e a adolescência estudando, convivendo e crescendo com alguns colegas residentes em Vila Nova de Santo André.

Em 1988 mudou-se para Almodôvar e volta a residir em Santiago do Cacém a partir de 2002.

Em 2009 começou a interessar-se pela história da Cidade Nova e quando se matriculou no programa de doutoramento em Sociologia resolveu desenvolver a sua tese sobre a génese social da cidade nova.

Este livro decorre do trabalho elaborado para a obtenção de grau de doutor em Sociologia



ISBN 978-989-97500-4-3



9 789899 750043 >



apoio

